

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 27/08/2021.

DIRCEU CASA GRANDE JUNIOR

**Edmundo Campos Coelho e a Tese da Política de Erradicação
dos militares no contexto de formação do Estado Nacional
brasileiro, 1821-1824**

ASSIS

2019

DIRCEU CASA GRANDE JUNIOR

**Edmundo Campos Coelho e a Tese da Política de Erradicação
dos militares no contexto de formação do Estado Nacional
brasileiro, 1821-1824**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues.

Coorientador: Prof. Dr. Germán Adolfo de la Reza Guardia

ASSIS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Vânia Aparecida Marques Favato - CRB 8/3301

C334e Casa Grande Junior, Dirceu
Edmundo Campos Coelho e a tese da política de erradicação dos militares no contexto de formação do Estado Nacional brasileiro, 1821-1824. / Dirceu Casa Grande Junior. Assis, 2019.
275 p. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. André Figueiredo Rodrigues
Coorientador: Dr. Germán Adolfo de la Reza Guardia

1. Brasil - História - Independência - 1822. 2. Brasil Exército. 3. Brasil - Forças Armadas - Atividades política. 4. Militarismo. I. Título.

CDD 981.03



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: **Edmundo Campos Coelho e a Tese da Política de Erradicação dos militares no contexto de formação do Estado Nacional brasileiro, 1821-1824**

AUTOR: DIRCEU CASA GRANDE JÚNIOR

ORIENTADOR: ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES

COORIENTADOR: GERMÁN ALDOLFO DE LA REZA GUARDIA



Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES
Departamento de História / UNESP/Assis

Prof. Dr. JORGE MIKLOS
UNIP/São Paulo

Prof. Dr. FRANCISCO EDUARDO ALVES DE ALMEIDA
Escola de Guerra Naval-EGN/Rio de Janeiro

Prof. Dr. FRANCISCO CÉSAR ALVES FERRAZ
UEL/Londrina

Prof. Dr. MILTON CARLOS COSTA
UNESP/Assis

Assis, 27 de agosto de 2019

Seja a vossa equidade notória a todos os homens. Perto está o Senhor!

Livro de Filipenses, capítulo 4, versículo 5.

See the bird with a leaf in her mouth; After the flood all the colors came out.

U2
Beautiful Day

Hoje é assente que a formação do *Estado nacional brasileiro* resultou de um processo de grande complexidade, ao qual é equivocado reduzir à ruptura, em 1822, do pacto que integrava as partes da América no império português. Mas o sólido consenso dos historiadores quanto a não se tomar à declaração da vontade de emancipação política como equivalente à constituição deste Estado desfaz-se quando eles vêm confrontados com a complexa interface entre a emergência deste, e a da *nação* em cujo nome ele foi instituído. De fato, não há exagero em afirmar que as controvérsias envolvendo os nexos dessa interface transformaram-na num dos enigmas recorrentes da nossa história.

István Jancsó
Brasil: formação do Estado e da nação

Dedico este trabalho ao meu pai, senhor Dirceu Casa Grande, o Vovô, falecido
em 21 de março de 2016.

À minha mãe, dona Maria Terezinha, que em um belo dia me deu um exemplar
da *Ilíada*, de Homero, que ela havia encontrado no lixo.

À minha esposa Juliana e ao meu filho Gabriel, pela compreensão e paciência,
mas, principalmente, por existirem.

Aos meus irmãos, Rodrigo e Juliana, e aos meus sobrinhos,
João Vitor, Mateus, Rebeca e Calebe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao meu orientador Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues, da Universidade Estadual Paulista (UNESP – câmpus de Assis / SP), pelo zelo, responsabilidade e respeito com que fui recebido e encaminhado.

Ao Prof. Dr. Germán Adolfo de la Reza Guardia, da Universidade Autónoma Metropolitana (UAM / México), pela coorientação junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP-Assis/SP.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP-Assis/SP, em especial Dr. Milton Carlos Costa, Dr. Paulo Cesar Gonçalves e Dra. Lúcia Helena Oliveira Silva; e aos servidores técnico-administrativos das secretárias do Departamento de História (Clarice Gonçalves) e da Pós-Graduação da UNESP-Assis/SP (Marcos Francisco D'Andrea, José Lino Alves, Sueli Aparecida Franco, Lucilene Franco, Monique Gabriela Botelho Ireno Pereira, João Paulo Zanette e Milena Espíndola Timoteo), pela atenção e paciência.

Aos colegas do curso de Doutorado em História, pelas oportunidades de aprendizado, crescimento e boas risadas.

Aos membros da banca de exame de qualificação, professores Dr. Francisco Eduardo Alves de Almeida e Dr. José Miguel Arias Neto, pela leitura atenta e preciosos comentários para a melhora da presente pesquisa.

À reitoria da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e à direção do câmpus Cornélio Procópio/PR, pelo apoio irrestrito e incentivos. Aos estimados colegas professores Dr. Marcio Jacometti, Dr. Paulo Cesar Moselli, Dr. Edson Hideki Koroichi, Dr. Wanderley Flor da Rosa, Ma. Sônia Maria Rodrigues, Dr. Roberto Bondarik, Dra. Marilu Martens de Oliveira, Dr. José Augusto Fabri, Dr. Rodrigo Palácios, Dr. Edson Luiz Bassetto, Dr. Ricardo Mascarello Gotardo, Dr. Ronaldo Pena Neves e Ma. Marilice Zavagli Marson; e aos servidores Simone Fidêncio de Oliveira Machado, Gustavo Cantieri, Elaine Pinheiro Neves de Macedo, Glória Alfredo Cruz, Guilherme Frufrek, Alana Regina Biagi Silva Lisboa, Juliano Alessio da Silva, Mario Medina, Wellington Vida Leal, Guilherme Ricken Matiello, Lenir Lucatelli Casagrande, Antonio

Juarez Augusto, Marcia Dahila Dias Gonçalves, Vivian Caroline Gomes, Ana Lucia Rosa, Marili Ferreira Lopes, Thiago Fernando Mendes e a todos os colegas professores, técnico-administrativos e estudantes que contribuíram para o sucesso deste trabalho.

À minha estimada amiga Carla Fabiana Cerqueira Machado, do Departamento de Física da UTFPR, exemplo de dedicação, persistência e coragem.

Aos dedicados mestres da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Dr. José Miguel Arias Neto, Dr. Francisco Cesar Alvez Ferraz, Dr. Paulo Alves, Dr. Marco Antonio Neves Soares, Dr. Jozimar Paes de Almeida, Dr. Gilmar Arruda, Dr. Gabriel Giannattasio, Dra. Silvia Martins, Dra. Edmeia Aparecida Ribeiro, Dra. Silvia Lenz, Dra. Angelita Marques Visalli e às servidoras Neobi Fumiko Kayano e Celina Aparecida Negrão, aos quais sou grato pela formação, carinho e apoio.

À Dra. Adriana Barreto de Souza, docente do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRural / RJ), pelas valiosas orientações informais.

Ao subtenente do Exército brasileiro Norton Ney Vieira, ex-comandante Tiro de Guerra 05-002 de Cornélio Procópio / PR e seu filho, Norton Ney Vieira Filho, pelos préstimos e gentilezas.

Aos meus amigos da turma do curso de graduação em História da UEL, Reinaldo Benedito Nishikawa, Taíse Ferreira Conceição e Richard Gonçalves André, pelo exemplo de dedicação e esforço. Igualmente, aos meus amigos da turma de mestrado, também da UEL, Érica Ramos Moimaz, Guilherme Cantieri Bordonal e Marcos Ursi, e outros, pelos estímulos, discussões e controvérsias.

Ao meu sogro, José Luiz, e minha sogra, dona Dilmari e ao Heverton, aos meus amigos Jacqueline Longui, Francisco Carlos da Silva, Marcos Henrique Grangeira e Rosilene Ramalho Novaes, por toda ajuda e socorro. Ao meu amigo Ian “Manzareck” Braziel Fernandes e aos “monges do silêncio”. Aos meus amigos Ricardo Camilo, Eduardo José Rodrigues, Edson Aparecido Rodrigues e José Francisco dos Santos.

À universidade brasileira, pública, gratuita e de qualidade, que nunca foi e nunca será uma balbúrdia.

CASA GRANDE JR., Dirceu. *Edmundo Campos Coelho e a Tese da Política de Erradicação dos militares no contexto de formação do Estado Nacional brasileiro, 1821-1824*. 2019. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

RESUMO

A tese da política de erradicação dos militares pelas elites civis foi elaborada pelo sociólogo mineiro Edmundo Campos Coelho (1939-2001), em seu livro *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*, publicado originalmente em 1976 e reeditado no ano 2000. Em sua obra, o autor descreveu a trajetória histórica do Exército brasileiro desde a Independência até a Revolução de 1930 para analisar o protagonismo político dos militares e as intervenções armadas na política. A perspectiva de Coelho está baseada no conceito de erradicação, análogo ao desenvolvido pelo cientista político norte-americano, Samuel Huntington, no livro, *O soldado e o Estado* (1957). Este último, afirmou que, nos Estados Unidos, a impregnabilidade liberal e a Constituição conservadora contribuíram para a neutralização dos militares e do Exército profissional, afastando-os da cena política desde a Revolução até a Segunda Guerra Mundial. Segundo Coelho, o que Huntington chamou de erradicação descreve com propriedade as atitudes básicas e o comportamento da elite política civil em relação ao Exército, manifestando-se nos modos particularmente violentos de neutralização das forças militares regulares no Primeiro Reinado até modalidades mais prudentes, ou dissimuladas, de marginalização e alijamento na República Velha, como, por exemplo, a cooptação política das lideranças militares. Nossa tese contesta frontalmente a hipótese erradicadora. A partir da crítica teórica e historiográfica da tese da política de erradicação e da análise dos debates parlamentares do Primeiro Reinado, propomos uma nova interpretação para o estudo das relações entre civis e militares e do Exército e a política no Brasil Império, com base em três eixos explicativos: (1) a beligerância política e os ritos da conflagração, (2) as guerras e (3) a expansão dos círculos de atribuições dos militares e a negociação das adesões. É a partir dessas três dimensões que compreendemos a política imperial para afirmar que o Exército e os militares ocuparam posições centrais e contribuíram de modo singular para a Independência e a consolidação do Império no contexto de formação do Estado brasileiro, entre 1821 e 1824. Para fundamentar nossas proposições, baseamos-nos na historiografia sobre o período e a análise de documentos como as Atas do Conselho de Estado, os Diários da Assembleia Geral Constituinte de 1823, as Falas do Trono e as Leis e Decisões do Império.

Palavras-chaves: Brasil. Independência. Exército. Política. Militarismo.

CASA GRANDE JR., Dirceu. *Edmundo Campos Coelho and the Military Eradication Policy Theory in the Brazilian National State context of formation, 1821-1824*. 2019. 252 f. Thesis. (Doctorate in History) – São Paulo State University (UNESP), School of Science and Languages, Assis, 2019.

ABSTRACT

The military Eradication Policy Theory from the civilian elite was drafted by the sociologist from Minas Gerais Edmundo Campos Coelho (1939-2001), in his book published originally in 1976 and reissued in 2000 entitled *In pursuit of identity: the army and politics in the Brazilian society*. In that book, the author analyzed the military political protagonism and the interventions in politics describing the Brazilian Army historical trajectory since the Independence until the 1930's Revolution. Coelho's perspective is based on an analog concept developed by the American political scientist Samuel Huntington, in the book called *The soldier and the State* (1957). The author affirms that in the United States the liberal impregnability and the Conservative Constitution contributed to the professional Army neutralization, which was put away from the political scene, since the Revolution until the Second World War. According to Coelho, what Huntington called eradication describes properly the basic attitudes and the civil political behavior in relation to the Army. It happens from particularly violent modes of neutralization of regular military forces in the First Reign to more prudent ways of marginalization and dumping in the Old Republic, such as the co-optation of military leadership. Our thesis frontally contests the eradicating hypothesis. Based on the theoretical and historiographical critique of the eradication policy theory, we propose a new interpretation for the study of relations between civilians and military and the Army in politics in Brazil Empire. That interpretation is supported by three explanatory points, which are: (1) the political belligerence and the rites of conflagration, (2) the wars and (3) the expansion of military assignment circles and the negotiation of accessions. We interpret the imperial politics from those three points to affirm that the Army and militaries occupied central positions and contributed singularly to the Independence of Brazil. Beyond that, they had influence in the Empire consolidation in the State formation context, between 1821 and 1824. In order to explain our propositions, we have a base on the historiography about the term and the documental analysis such as the Acts of the Council of State, the Diaries of the Constituent Assembly of 1823, the Speeches of the Throne and the Laws and Decisions of the Empire.

Keywords: Brazil. Independence. Army. Politics. Militarism.

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - Evolução dos Efetivos do Exército	152
QUADRO II - Despesas do Ministério da Guerra	154

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – EM BUSCA DA IDENTIDADE: MOTIVAÇÕES, JUSTIFICATIVAS E POSSIBILIDADES	39
1.1 Zonas de sombras: o protagonismo militar e as intervenções armadas na política	58
1.2 Zonas de compromissos: o caráter provisório da História	71
CAPÍTULO 2 – A TESE DA POLÍTICA DE ERRADICAÇÃO: OPERAÇÕES, EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS	79
2.1 Tecituras analíticas: <i>lugares</i> de produção e conteúdos	90
2.2 A forma e as lógicas discursivas: o ensaio histórico e sociológico	100
2.3 A <i>erradicação</i> : a trajetória histórica de um conceito	111
2.4 Antíteses: a tese da política de erradicação e a consolidação do Império	123
CAPÍTULO 3 – O EXÉRCITO, OS MILITARES E A POLÍTICA NO PRIMEIRO REINADO 1821-1824	159
3.1 O Exército, os militares e a política no parlamento brasileiro	167
3.2 A Independência e o Império: crise e representação	183
3.3 Os expedientes da beligerância e os ritos da conflagração	205
3.4 A guerra na consolidação do Império e a negociação das adesões	226
CONSIDERAÇÕES FINAIS	246
FONTES	257
BIBLIOGRAFIA	259
ANEXOS	268

INTRODUÇÃO

Duas coisas são certas, a longo prazo: uma delas é que estaremos todos mortos; mas a outra é que estamos todos errados... uma carreira acadêmica feliz é aquela em que a primeira coisa acontece antes da segunda.

Marshal Sahlins
Esperando Foucault

Desde a sua publicação, em 1976, o livro *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira* tornou-se uma das mais importantes referências para o estudo das relações entre civis e militares no Brasil. Em sua obra, o sociólogo Edmundo Campos Coelho, sob a orientação teórica e metodológica da tradição weberiana e da Ciência Política norte-americana, adotou a *concepção organizacional* para analisar o comportamento político dos militares e as relações das Forças Armadas com a sociedade, adotando o Exército e sua trajetória histórica e institucional como objeto de estudo em si mesmo.

Com foco na evolução histórica da identidade organizacional e da corporação, desde a Independência do Brasil, em 1822, até meados do Regime Militar, imposto em 1964, o autor concluiu que a aquisição gradual de níveis cada vez mais elevados de coesão e consenso institucional, influenciado pelo aumento das demandas e necessidades internas, a ampliação da autonomia organizacional em relação aos demais seguimentos sociais e o fechamento progressivo da instituição às influências externas, aspectos cruciais da teoria organizacional, contribuíram para o protagonismo militar, as intervenções armadas na política e o [re] ordenamento da sociedade civil segundo as visões e os valores desenvolvidos pelos militares durante mais de um século de História.

A participação destacada dos militares nos acontecimentos políticos de 1889, 1930 e 1964, por exemplo, permitiu aos oficiais do Exército, mediante processos difusos, idas e vindas, avanços e retrocessos, conformar, segundo Coelho, os aspectos mais importantes da identidade organizacional, fortemente alicerçada na solidariedade e na memória institucional, testar a eficiência de seu protagonismo e a eficácia de suas ações no campo político, com que “a liderança militar criou e impôs sua própria concepção de Estado Nacional” e de nação (COELHO, 2000, p. 175).

Edmundo Campos Coelho nasceu em Governador Valadares, Minas Gerais, no ano de 1939. Em 1969 tornou-se professor e pesquisador do Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro (IUPERJ), mais tarde denominado Universidade Cândido Mendes (IUPERJ/UCAM). Graduou-se em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG (1958 e 1962) e cursou o mestrado em Sociologia pela Universidade da Califórnia (UCLA, 1972-1975). Desenvolveu inúmeras pesquisas e publicou diversos trabalhos sobre a Sociologia da burocracia e das organizações, entre os quais um conjunto de textos e ensaios sobre o Exército e as relações entre civis e militares no Brasil. Dedicou-se, ainda, a temas como a educação, o ensino superior e a universidade brasileira, profissão, trabalho e cidadania, entre outros.

Mas, ao longo de sua carreira como pesquisador, foram os trabalhos sobre temas como a violência, a marginalidade e a criminalidade urbanas que garantiram maior notoriedade ao autor. A produção acadêmica de Edmundo Campos Coelho é extensa e profícua.¹ Em seus inúmeros trabalhos, o ponto de partida é, sempre e invariavelmente, a *perspectiva organizacional*, com foco na racionalidade da burocracia e das organizações instituídos em recortes

¹ Em 1988, Edmundo Campos Coelho provocou grande celeuma no ambiente universitário brasileiro com a publicação de um conjunto de ensaios denominados *A sinecura acadêmica*. No texto, criticou a ética universitária brasileira, colocando em questão temas como a ciência, as práticas de pesquisa e a organização das universidades brasileiras. Em 1999, Coelho publicou o livro *As profissões imperiais*, um dos mais consistentes estudos sobre as profissões no Brasil. Na obra, analisou os caminhos percorridos pela Engenharia, pela Medicina e pela Advocacia no país, suas vinculações com o poder estatal e a consolidação de um sistema que viabilizou o que autor classificou como a tragédia do credencialismo e do monopólio das atividades profissionais. Em 2005, pouco depois de seu falecimento, foram publicados vários de seus textos e artigos sobre o sistema penitenciário brasileiro, criminalidade e violência, reunidos no livro *A oficina do diabo e outros estudos*, pela editora Record, do Rio de Janeiro.

temporais amplos, notadamente, da Independência do Brasil até a Revolução de 1930.² Antes de concluir o mestrado em Sociologia pela Universidade da Califórnia em 1975, Edmundo Campos Coelho finalizou a primeira versão de um texto que circulou entre seus pares desde 1972. Tratava-se de um ensaio histórico e sociológico sobre o Exército brasileiro, ao qual tiveram acesso alguns dos seus colegas de trabalho, como Simon Schwartzman e José Murilo de Carvalho. Mais tarde, o texto foi entregue ao professor Wanderley Guilherme dos Santos que o incluiu na coleção *Brasil: análise e crítica*, sob direção e organização do próprio Santos. O conteúdo do texto da primeira edição, publicado pela Editora Forense-Universitária em 1976, da coleção *Brasil: análise e crítica*, e o texto da segunda edição, publicado no ano 2000, pela Editora Record, foram rigorosamente mantidos pelo autor.³

A diferença entre essas duas publicações está no prefácio que Coelho escreveu para a reedição da obra, o qual pretendemos explorar como fonte de pesquisa e referência bibliográfica, juntamente com a introdução e o primeiro capítulo do livro. Utilizaremos, portanto, a segunda edição de *Em busca da identidade*, sem qualquer prejuízo para nossas investigações.

Minha tese neste *Em busca da identidade* é precisamente o inverso do que reza a tradição; e, passados vinte e seis anos, continuo a subscrevê-la integralmente nesta nova edição. Permaneço fiel à ideia de que as Forças Armadas são antes de tudo *organizações* e que vê-las por este prisma é a melhor maneira de entender seu comportamento. E mais: o equívoco em que incorrem os que lhes negam interesses próprios e autonomia explica muito da conduta protagônica dos militares no passado mais recente e no longínquo (COELHO, 2000, p. 18).

² O interesse de Edmundo Campos Coelho por esses temas resultou na tradução e organização de livros e textos de apoio, como, por exemplo, *Sociologia da Burocracia*, publicado em 1976 pela Zahar Editores do Rio de Janeiro. O livro é uma seleção de textos básicos de autores como Max Weber, Philip Selznik, Robert Merton, Richard Hall, entre outros, sobre a expansão da Sociologia da Burocracia como campo abrangente para pesquisas e estudos sociológicos. A obra contribui para a análise das estruturas organizacionais com o objetivo de compreender as racionalidades, o crescimento acelerado e a proliferação das organizações e da autoridade racional legal como atributos indispensáveis de dominação e poder nas sociedades modernas.

³ Nos Anexos I e II, apresentamos, respectivamente, as capas da primeira e da segunda edições da obra.

Prevaleceu, por conseguinte, o modo liberal de pensar a História orientado pelo prisma weberiano, com sua “racionalização progressiva” e modernizadora, que avança em direção a eficácia de regras consolidadas e na “separação entre o afetivo / privado e o racional / público” (REIS, 2007a, p. 120).

Em praticamente todos os seus trabalhos, Coelho esforçou-se para estabelecer uma tensão permanente entre a racionalidade burocrática das organizações e os bens e resultados que produzem. O objetivo do autor era demonstrar, entre outros aspectos, que as organizações, à medida que se tornam maiores e mais complexas, tendem a se tornar cada vez mais autônomas e a produzir bens e resultados que satisfaçam mais às suas demandas internas do que aos interesses públicos e da coletividade. Em seu livro sobre a História do Exército, Coelho apontou como a trajetória histórica e institucional e a evolução da identidade organizacional contribuíram para legitimar a atuação política dos militares e transformar o Exército em modelo de organização para a sociedade civil. Programas como a Doutrina Militar do Estado Novo e a Doutrina de Segurança Nacional instituída pelo Regime Militar de 1964 constituíram-se, na visão de Coelho, instrumentos eficazes de reeducação cívica aplicadas aos mais amplos espaços sociais e de legitimação da ordem implantada com as intervenções armadas na política.

Amparado pelas teorias e metodologias da perspectiva organizacional, o sociólogo mineiro advertiu que a *conduta protagônica*, definida por ele como a capacidade dos militares de elaborar de maneira autônoma seus objetivos e estratégias de ação e atuação, decorre, em primeiro lugar, da erradicação dos militares pelas elites civis desde a Independência do Brasil, e, em segundo lugar, de um sentimento de *dupla orfandade* caracterizado por um conjunto de crenças historicamente arraigadas de que (1) a sociedade e a elite política civil não possuem qualquer apreço pelos militares, considerando-os dispensáveis em função de diversos fatores, mas, principalmente, reduzidas possibilidades de conflitos armados envolvendo o Brasil e das fragilidades de nossas Forças Armadas frente às outras potências militares de poder incontestável e superioridade bélica; e, de que, (2) não há quem ouça as demandas dos

militares e atue em benefício de seus pleitos ou demandas mais sensíveis junto aos órgãos governamentais e a sociedade.

Nesse último caso, os militares, conforme supõe Coelho, sentem-se desrespeitados pelos “usos” que políticos habilidosos e a própria sociedade tentam fazer das Forças Armadas para sanar problemas de toda ordem, inclusive disputas políticas e ideológicas, isto é, com as tentativas de instrumentalização dos militares para superação de crises políticas e a preservação das posições de poder por determinados grupos do espectro político nacional (COELHO, 2000, p. 19).

Seria, no entanto, rematada tolice supor que o sentimento das duas orfandades tenha sido, ou possa vir a ser, condição suficiente para as condutas protagônica das Forças Armadas. De fato, mesmo os militares reconhecem que intervenções se tornam extremamente difíceis sem, entre outras condições, significativo grau de insatisfação com o Governo em amplos setores e suporte de *golpistas civis*, à esquerda e à direita, ainda que a abundância destes torne a equação um pouco menos indeterminada em qualquer época (COELHO, 2000, p. 20).

Em 1964, sustenta Coelho, “motivações *estritamente militares*” foram decisivas para a deflagração do movimento que derrubou o governo João Goulart e implantou o regime autoritário, embora o autor não negue a importância de outros fatores, como a instabilidade política e os problemas econômicos, e a valor do apoio civil à intervenção. Um conjunto confuso de causas e efeitos, uma miscelânea de equívocos e exageros, avaliou Coelho. O resultado foi o domínio político e institucional exercido pelas Forças Armadas sobre a política brasileira durante 21 anos. Nessa linha, Coelho impõe objeções contundentes às interpretações de viés marxistas, baseadas em conceitos como “instrumentalização” e “luta de classes”.

Ele rejeitou, sobretudo, os pressupostos de três versões correntes, porém distintas, a saber, a versão *oligárquica*, a dos *setores médios* e a *moderadora*, elaboradas por autores como Tobias Monteiro, Oliveira Vianna, Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré. Para Coelho, as aludidas versões “sofrem das dificuldades a que geralmente leva o paradigma do conflito de classes”, ou, da “ausência, no contexto brasileiro, de relações bem definidas

dos paradigmas da *class politics* e da *group politics*” (COELHO, 2000, p. 34), ou ainda entre, entre as políticas governamentais e os interesses de classes e grupos sociais.

As tentativas de estabelecer um vínculo entre a participação dos militares na vida política e os interesses das chamadas ‘classes médias’ é um artifício – pouco compensador – para explicar a inadequação dos modelos de *class politics* e da *group politics*. (COELHO, 2000, p. 35).

Ao revelar suas preferências, Coelho deixou virtualmente claros seus vínculos, expressões nítidas das *opressões* que sofreu. Os autores com os quais dialogou, a maior parte deles egressos ou docentes da UFMG e do IUPERJ, titulares de teses desenvolvidas nos programas de pós-graduação de universidades norte-americanas, como Stanford e UCLA, alinhavam-se com as tendências teóricas do campo liberal, preferindo os estudos empíricos e as pesquisas de campo orientadas para a coleta, tratamento estatístico e a crítica de volumes cada vez maiores de dados e informações. Inspirado pela Ciência Política norte-americana – e na tese da política de erradicação dos militares de Samuel P. Huntington (2016) – na Sociologia das organizações e da burocracia de Max Weber e no empirismo quantitativista das Ciências Sociais, os trabalhos produzidos pelos pesquisadores do IUPERJ nas décadas de 1960 e 1970, exibem a disciplina teórica e o rigor científico, fundamentados em métodos quantitativos e em modelos causais bastante apreciados pelos adeptos da História e da Sociologia comparadas. Em linhas gerais, possuem narrativas fluentes e lúcidas, comuns em trabalhos intelectuais coerentes, além de uma capacidade ímpar de análise e argumentação. (LYNCH, 2016, p. 75-119)

O enfoque utilizado é o organizacional. Apesar da variedade de interesses e orientações teóricas e metodológicas cobertas pela teoria organizacional, sua característica distintiva consiste em tomar a organização, e não o sistema inclusivo ou partes dele, como a unidade de análise. Esta ênfase na organização não exclui a questão das relações entre a organização, por um lado, e seu contexto ambiental, por outro. Pelo contrário, por que formas uma organização se relaciona com seu ambiente externo e como se influenciam mutuamente são questões que constituem o núcleo de análise (COELHO, 2000, p. 41).

A obra *Em busca da identidade* é um ensaio histórico e sociológico por excelência crítico e coerente, embora, conceitualmente polêmico e, no que tange aos aspectos historiográficos, bastante discutível. Nela, o autor desenvolveu uma análise da trajetória histórica do Exército optando por um recorte temporal virtualmente longo – da Independência do Brasil até a Revolução de 1930, para alcançar os prospectos de abertura e descompressão do regime de 1964 – dividindo a História da organização militar em etapas e atribuindo a cada uma delas uma ideia ou um conceito de tipo ideal para definir as relações, as condições e a atuação dos militares nos diferentes contextos históricos e cenários políticos que se sucederam.

O autor avaliou que o protagonismo militar e as intervenções armadas na política resultaram, ao longo da História do Brasil, do amadurecimento organizacional, da afirmação identitária e da ampliação da autonomia institucional desencadeados, de início, por reações da caserna às hostilidades civis em relação ao Exército, em tese, patentes na política de erradicação dos militares pelas elites desde o Primeiro Reinado. Ensejada por opções políticas de contornos liberais, que deram causa à Independência, a hipótese erradicadora norteou, na interpretação de Coelho, as ações e decisões do governo e das elites civis em relação ao Exército durante todo o período Imperial.⁴

A primeira fase da trajetória histórica do Exército se estendeu, conforme concebeu o autor, da “Independência à Questão Militar” e foi analisada a partir de uma hipótese conceitual de tipo ideal denominado *política de erradicação*, cujos meandros pretendemos avaliar e problematizar. As outras fases referem-se respectivamente, à República Velha, à Revolução de 1930, ao período que se estendeu de 1945 a 1964 e ao regime militar, circunscrevendo-se a partir de

⁴ As elites são os grupos minoritários de uma sociedade que concentram as condições políticas, econômicas e sociais para tomar decisões em todas as esferas. Cf. BOBBIO, 1998, p. 385. No Brasil Imperial, as elites foram representadas pelo Imperador e os membros de sua família, os demais integrantes da Corte e os políticos, a maior parte constituída por ricos proprietários, a burocracia estatal, ou os magistrados, clérigos e militares de alta patente, os comerciantes de *grosso trato*, exportadores e traficantes de escravos que, por razões, políticas, econômicas e culturais, exerciam poder sobre as demais categorias sociais representadas pelo povo, ou os pequenos proprietários, homens pobres e livres, forros e libertos e a tropa, militares que possuíam algum posto nas forças militares de 1ª ou 2ª linha e os soldados rasos, muitos recrutados à força. Além desses dois grupos, compunham a sociedade brasileira do período grandes quantidades de homens e mulheres escravizados, andarilhos, criminosos, vadios etc. Cf. CARVALHO, 2003, p. 51-62.

conceitos como *consenso sobre domínio, poder militar, aquisição de identidade, descompressão e abertura*, mas, não serão objeto desta tese. Todavia, o conhecimento dessas fases, tipificadas pelo autor como partes da evolução histórica da identidade militar e do Exército enquanto organização, todas posteriores ao movimento erradicador, revelam as transformações qualitativas por que passou a corporação e nos ajudam a perceber as nuances e sutilezas da participação do Exército na política, segundo as sugestões analíticas da perspectiva de Coelho.

Nosso trabalho aborda a tese da política de erradicação dos militares pelas elites civis no contexto de formação do Estado Nacional brasileiro. Ocupamo-nos de um período relativamente curto, mas importante para nossas pretensões, pois, entre 1821 e 1824, desenrolaram-se alguns dos principais acontecimentos que demonstram, de modo assertivo, como os vínculos singulares entre o Exército e o Estado, bem como, entre os civis e os militares, contribuíram para a efetivação da Proclamação da Independência do Brasil e a formação do Estado Imperial, seguindo os pressupostos estabelecidos pelos próceres da emancipação. Eventualmente, porém, ultrapassaremos os marcos factuais e temporais estabelecidos sem grandes prejuízos para a tese em questão.

Nossos objetivos são analisar os elementos teóricos e metodológicos que conformaram a tese da erradicação no contexto de um trabalho mais amplo, o ensaio histórico-sociológico *Em busca da identidade*, para avaliar as possibilidades e viabilidades historiográficas da versão erradicadora, identificar as inconsistências da tese da política de erradicação no tocante à historiografia do Primeiro Reinado e propor uma nova interpretação para as relações entre civis e militares no Brasil e o papel do Exército no contexto de formação do Estado. Desse modo, esta tese segue a seguinte dinâmica analítica e interpretativa: (1) uma primeira parte em que desenvolvemos a fundamentação teórica e metodológica; (2) uma segunda parte em que elaboramos uma crítica ao trabalho de Coelho e; (3) uma terceira parte em que propomos uma interpretação para as relações entre os civis e os militares conforme os matizes da Independência, formação do Estado e consolidação do Império.

A tese da política de erradicação foi adotada por Coelho para caracterizar as nuances e os meandros em que se estabeleceram as relações entre os civis e os militares no Brasil e a evolução histórica e institucional do Exército, desde a Proclamação da Independência até a Revolução de 1930. Em nosso entendimento, porém, a utilização do conceito de *erradicação* para descrever as relações entre os civis e os militares durante o Império, afastou especificidades do tema e das dinâmicas históricas de um período extremamente complexo.

Ao reduzir as relações entre atores tão importantes a uma única hipótese, isto é, a hostilidade dos civis em relação aos militares, baseando-se em um suposto predomínio liberal do tipo norte-americano na política do Império, o autor simplificou um emaranhado de tramas, embates, negociações e transações entre as elites políticas em meio aos processos de construção e consolidação do Estado Imperial. Nossa preocupação inicial é questionar a viabilidade da tese de erradicação e as restrições que a versão impôs à complexidade e à historicidade de um período, cujos episódios e eventos foram marcados pela densidade dos embates políticos “entre diferenciados segmentos sociais nas duas primeiras décadas do século XIX” (OLIVEIRA, 1999, p. 7).

Um dos aspectos mais relevantes do período em questão é a guerra. Nos processos que culminaram com a Independência e o período de formação e a consolidação do Estado, a guerra funcionou como uma espécie de “eixo”, estrategicamente posicionada entre os embates políticos dos partidários de Lisboa, os adeptos da causa brasileira e as negociações das adesões das lideranças locais e dos “inimigos” do Brasil. Em vários momentos, as discussões excederam os limites formais com as discussões e os embates políticos e diplomáticos assumindo posturas mais ou menos agressivas – o que chamamos de expedientes da beligerância e rituais da conflagração – que, ao cabo dos fracassos das tratativas entre os constitucionalistas lusitanos e a elite brasileira, precipitaram-se para a violência e a guerra. Quando as hostilidades bélico-militares cessaram e os conflitos políticos foram minimamente resolvidos, estabeleceram-se novos termos de convivência, a partir de negociações muito específicas – o que chamaremos de negociação das

adesões – mediante a integração das lideranças periféricas ao aparelho central, erigido pelo monarca e pelas elites políticas do centrossul do país.

Os expedientes da beligerância, as guerras e a negociação das adesões delinearão as relações políticas e sociais entre os mais diversos participantes e interesses durante o Império, em especial no Primeiro Reinado. No centro das relações e negociações, estava o Exército e os militares, os quais exerceram funções importantes nos cenários mais diversos, os quais normalmente extrapolaram, aliás, as atribuições que os militares possuíam ou deveriam desempenhar de modo restrito – a violência, o combate armado e a guerra.

Nas conflagrações pela Independência, travadas em diferentes frentes pelo Exército e a Armada imperiais, os militares foram imprescindíveis para os sucessos da empreita emancipacionista. Antes, durante e depois da guerra, os militares, invariavelmente os oficiais graduados, ficavam responsáveis por, em cada lugarejo, vila ou cidade, registrar a presença do monarca e da Corte, afirmando e reafirmando o respeito de Sua Majestade Imperial pelos líderes e seus foros, acalmar os ânimos e espantar qualquer dúvida sobre as boas intenções do Imperador, sobretudo, em compensar serviços e recompensar fidelidades, desfazer conspirações e maquinações secretas, afastar a anarquia e a desordem e negociar os termos das adesões. Nas disputas e turbulências que caracterizaram o período da Proclamação da Independência, foram principalmente os militares que firmaram os compromissos da representação do monarca e seus súditos, fundando “um corpo político autônomo no qual seus participantes, em tese, se reconheciam como ‘cidadãos’ e ainda mais como ‘patriotas’” (SOUZA, 1999b, p. 172).

É preciso considerar, porém, que esses movimentos não foram lineares, ou melhor, não seguiram sequências regulares com estágios sucessivos ou padrões demarcados. A beligerância política e diplomática, a guerra e as negociações das adesões, partes importantes das dinâmicas que envolveram as disputas do período ocorreram sempre, e, ao mesmo tempo, variando somente o grau e a intensidade com que as ações eram implementadas ou desenvolvidas.

As beligerâncias políticas tiveram início com a deterioração das relações entre os partidários da constitucionalização e os adeptos da causa brasileira, materializadas pelas imposições das Cortes de Lisboa em relação ao Brasil e ao Príncipe Regente, entre 1820 e 1822. Os atos de desobediência de D. Pedro I, expressos no dia do “Fico”, em 9 de janeiro de 1822, produziram consequências importantes para o Brasil, entre elas, as guerras. As inquietações e sublevações da Divisão Auxiliadora na Corte e as incursões militares para expulsar as tropas portuguesas da Bahia, por exemplo, revelam de modo assertivo os aspectos realçados em nossa interpretação. De igual modo, as campanhas da Cisplatina, da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Pará, considerando suas peculiaridades e complicações, também demonstram que as ações beligerantes, as guerras e as negociações superaram os períodos e as localidades descritas, bem como tiveram que destravar contextos políticos e sociais bastante diversos.

Outros conflitos provocados pelos ímpetos separatistas dos brasileiros, ou questões de ordem diversa, mas intimamente relacionadas com as disputas que envolveram a emancipação do Brasil, possuem singularidades importantes, mas, de algum modo, combinam as dinâmicas sugeridas. A reocupação do Pará, meses depois da adesão dos paraenses ao Rio de Janeiro, em 15 de agosto de 1823, a Confederação do Equador em 1824 e a Guerra Cisplatina, entre 1825 e 1828, por exemplo, evidenciam, portanto, que a guerra, tal como os demais episódios bélico-militares registrados no período, ocupou lugar central no processo de Independência do Brasil e consolidação do Império. Para este estudo, porém, optamos por analisar, ainda que sumariamente, os confrontos na Corte e na Província da Bahia.

A Independência do Brasil acirrou, de fato, os ânimos de portugueses e brasileiros dos dois lados do Atlântico e desencadeou numerosos conflitos em praticamente todas as regiões do Brasil. Nesse contexto, um dos problemas mais urgentes enfrentados por D. Pedro I e pelas elites políticas foi a organização do Exército brasileiro.

Questões como a adesão dos oficiais militares à causa da Independência e a formação de um comando do Exército em face de cenários conflagrados, as condições das forças militares existentes, a mobilização dos

homens, o recrutamento, o treinamento e a movimentação das tropas para lutar nas províncias, todas elas muito distantes umas das outras, além do financiamento das forças e expedições militares, inclusive a Armada, tornaram-se cruciais. E, embora a guerra, um fenômeno recorrente desses períodos, não nos permite negligenciar a importância histórica do Exército no contexto de formação do Estado e consolidação do Império do Brasil, seja pela excepcionalidade dos acontecimentos de natureza militar, seja pelas perturbações que as conflagrações produziram em um cenário político e social conturbado, é importante considerar que os expedientes beligerantes e as negociações das adesões completam as dinâmicas políticas e sociais que caracterizaram os prospectos da emancipação com grande vigor.

A problemática é invariavelmente difícil do ponto de vista histórico e historiográfico. Nossa proposta nega de modo veemente a ideia de que a Independência do Brasil, a formação do Estado e a consolidação do Império, orientados para a centralização monárquica, em tese, contraditoriamente permeada pelos pressupostos liberais da época e pelo constitucionalismo representativo, seguiu “um ‘destino manifesto’”, mas, não descarta as possibilidades de que “continuidades herdadas do período colonial” tenham se estabelecido. De igual modo, seguindo as orientações de Wilma Peres Costa, não pretendemos contribuir para o fortalecimento da perspectiva de que o Brasil viveu a sombra de “uma perene incompletude, tingida de uma reiterada vocação para a conciliação entre as elites, incapaz de incorporar a contradição e de construir imaginários e práticas políticas novas” (COSTA, 2007, p. 16).

Ao contrário, nossa interpretação insiste na tese de que D. Pedro I e parte da elite política ao deparar-se com fatores contingentes, como, por exemplo, as deliberações e imposições das Cortes lusitanas entre 1821 e 1823, adotou posturas políticas inovadoras para elaborar e colocar em prática, sob os auspícios da beligerância, da guerra e da negociação, um projeto político mais adequado e condizente com as demandas da obra e dos interesses dos participantes mais ativos. Nesse contexto, o Exército e os oficiais militares, o primeiro enquanto instituição de Estado e os demais enquanto integrantes da elite política e da burocracia estatal, contribuíram de

modo singular para a realização do projeto, ameaçando e combatendo os adversários do Império e do monarca ou negociando a adesão dos refratários.

Não nos interessa aqui adentrar nas exaustivas discussões travadas pelos historiadores sobre a natureza das guerras. Mas, certamente cumpre estabelecer um parâmetro mínimo para expressar o modo como entendemos o fenômeno e as suas relações com a política. Para tanto, estamos mais propensos a pensar a guerra como um acontecimento humano que ocorre a partir de fatos e eventos complexos, isto é, “a guerra constitui um fato de sociedade”, com origens e motivações diversas e contraditórias (CORVISIER, 1999, p. 42). Isso significa que as guerras não podem ser exclusivamente entendidas e explicadas segundo “a indiscutível potencialidade humana para a violência”, praticadas “por um animal que pensa, em quem o intelecto dirige o impulso de caçar e a capacidade de matar”, conforme sugeriu John Keegan (KEEGAN, 2006, p. 18-19).

As ações de indivíduos especializados no emprego da violência envolvem e manifestam os aspectos cruciais das mais variadas dimensões da vida social, entre elas a atividade política, os fins e os propósitos políticos. A assertiva nos aproxima de Clausewitz, para quem a “guerra é, portanto, um ato político”, ou melhor, “um meio sério para atingir um fim sério e toda a sua semelhança pitoresca com um jogo de azar, todas as vicissitudes da paixão, da coragem, da imaginação e do entusiasmo que ela contém, são simplesmente as suas características especiais” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 90).

Nesse caso, a guerra se relaciona com a política, e está estabelecida no estreitamento dos vínculos entre os exércitos e o Estado, que no período moderno sugere uma ligação quase umbilical entre ambas as dimensões da vida social. Ou melhor, “até parece que eles tem um caráter congênial do Estado (CORVISIER, 1999, p. 171). Daí decorre o entrelaçamento da guerra com a política e a substituição da obediência pelas insurreições revolucionárias, motivações patrióticas, causas nacionais etc. Ainda assim, “a guerra é um fenômeno humano”, cujas origens são difíceis de definir, mas, que, suas motivações e razões podem ser historicamente perscrutáveis e interpretadas (FERNANDES, 2006, p. 20).

A Independência do Brasil inscreveu-se em um cenário complexo de embates e negociações nos campos político, jurídico e diplomático, assim como outros períodos e acontecimentos em épocas e lugares diferentes, os quais desembocaram na violência deliberada e recíproca entre partidários de causas opostas, tanto no parlamento quanto no campo de batalha. O que estava em jogo, conforme as declarações dos participantes mais ativos daqueles episódios, era a sobrevivência de projetos distintos, adequados para alguns, forçosamente restritivos e prejudiciais aos interesses de outros. Nesse quadro, as relações foram gradualmente se deteriorando com o esgotamento do diálogo e das possibilidades de convivência, principalmente em razão de imposições das Cortes lusitanas interpretadas como limitações severas aos anseios da elite política brasileira.

Como podemos perceber, o contexto de formação do Estado e consolidação da Independência foi extremamente complexo e contraditório. Diante desse cenário, cumpre questionar até que ponto é possível admitir a tese da política de erradicação dos militares pelas elites civis, amparada na perspectiva de que o Estado Imperial foi modelado conforme os prospectos do liberalismo e da ação decisiva dos políticos liberais inspirados pelos sucessos norte-americanos? A tese da erradicação explica e define de fato, as relações entre os civis e os militares no Primeiro Reinado diante de circunstâncias que revelam níveis elevados de beligerância política, incontáveis guerras e as indispensáveis negociações das adesões? De que modo as tramas, as negociações, as disputas, os conflitos e as rivalidades entre os partidários das Cortes de Lisboa e os adeptos da causa brasileira, as elites políticas e a Coroa, expressas nos pronunciamentos, manifestações e ações, debates e projetos, leis e decretos, enfim, as insondáveis dinâmicas políticas e sociais do período colocam em xeque a versão erradicadora no cenário altamente complexo como a da primeira metade do século XIX? Como as pesquisas e trabalhos historiográficos mais recentes abordam o tema das relações entre os civis e os militares no Primeiro Reinado e o papéis desempenhados pelo Exército na consolidação do Império? O que nos revelam as fontes, quando revisitadas e problematizadas a luz de novas referências e perspectivas?

Para responder a essas questões é importante realizar a crítica das fontes e das referências que dialogaram com a tese da política de erradicação e compreender as dinâmicas políticas e sociais que definiram suas tramas e relações, inscritas notadamente nos espaços de experiência e horizontes de expectativas do autor. Edmundo Campos Coelho não foi um historiador, mas, produziu uma obra historiográfica com seu *Em busca da identidade*. Ainda assim, cumpre questionar quais eram os lugares de produção do autor e os mecanismos de opressão que determinaram a separação entre o “sujeito que diz” e o “objeto escrito”, o *lugar social*, as práticas e suas vinculações acadêmicas e científicas, as escolhas que orientaram suas investigações e viabilizaram sua narrativa? Ademais, não nos parece inapropriado avaliar as operações historiográficas do autor, mesmo com todas as implicações que um ensaio histórico e sociológico produzido por um cientista político possa trazer. O fato de Coelho não ter sido um historiador, não é um atenuante, mas sim, um agravante, à medida que as responsabilidades com a narrativa histórica e as operações historiográficas jamais devem ser flexibilizadas, precarizadas ou relevadas sob qualquer pretexto ou justificativa.

O estudo do passado deve privilegiar os conjuntos, as interações e os intercâmbios entre as diferentes dimensões da vida social (econômicos, demográficos, literários, culturais, políticas etc.) e as ações dos homens no tempo. São os relacionamentos e as trocas entre as diferentes dimensões da vida humana e as ações dos indivíduos que estruturam as mais diversas realidades, complementando e influenciando de modo intenso, porém, desigual, as narrativas historiográficas. O historiador deve, por sua vez, esforçar-se para elaborar narrativas que potencializem as trocas e os relacionamentos, privilegiem o estudo sistemático das fontes que integram os acervos documentais por ele selecionados e produzam interpretações que preservem o caráter fecundo da História (TRAVERSO, 2012, p. 16).

Em seu ofício, tornam-se visíveis os lugares de produção, as opressões que os historiadores sofrem, seus vínculos e as tensões permanentes entre seus espaços de experiência – passado-presente – e horizontes de expectativas – futuro-passado. São os *lugares* sociais, as práticas científicas e as composições narrativas que nos permitem vislumbrar em boa medida as

operações historiográficas empreendidas pelo autor, seus vínculos institucionais, modelos, processos e o *lugar presente* em que as interrogações se formaram, ganharam corpo e passaram a “atormentar” o sujeito em seu trabalho. Todas essas indicações funcionam como condicionantes importantes que definem as opções, orientam as pesquisas, determinam as iniciativas e controlam os procedimentos. Conhecer o autor, sua biografia, seus vínculos, esperanças e inquietações torna viável e plausível o exame das condições e circunstâncias em que o pesquisador definiu o tema, desenvolveu a análise e escreveu o texto.⁵

Daí a importância de efetuarmos uma análise mais cuidadosa da obra de Edmundo Campos Coelho, admitindo-a, em primeira instância, como fonte histórica.⁶ Para ampliar o escopo da pesquisa, analisaremos as fontes e as referências da versão erradicadora cotejando-as com os Diários da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 1823, as Atas do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias, ou simplesmente, Conselhos de Estado, as Coleções das Leis do Império e Decisões de Governo – as quais abarcam os instrumentos jurídico-normativos que revelam os aspectos mais específicos dos expedientes da beligerância e dos ritos de conflagração, bem como e oportunamente as Falas do Trono e os pronunciamentos do Primeiro Imperador, seus ministros e os parlamentares, além de outros documentos de governo como os Relatórios Ministeriais e dos Presidentes de Províncias, entre outros.

Ao posicionar o conceito de erradicação no interior das relações entre civis e militares no Brasil, Coelho atribuindo-lhe a função de catalisador das atitudes e práticas dos sujeitos históricos em diferentes épocas da História do Brasil, efetuando o que Emília Viotti da Costa denominou a “conceitualização dos eventos”, isto é, um mecanismo de conversão das ideias e dos conceitos em realidades históricas e sociais (COSTA, 1994, p. 16). Os historiadores,

⁵ Tomamos como referência o historiador francês Michel de Certeau e os seus pressupostos teóricos desenvolvidos na obra *A escrita da História*, publicada em 1975; e o historiador alemão Reinhart Koselleck e suas contribuições à semântica dos tempos históricos apresentadas em seu livro *Futuro passado*, de 1979. É a partir do cabedal desses dois autores que fundamentaremos nossas análises teóricas e metodológicas.

⁶ Para a análise da tese da política de erradicação, são fundamentalmente importantes o prefácio, a introdução e o primeiro capítulo do livro *Em busca da identidade*, intitulado “Da Independência à Questão Militar”.

aliás, fazem isto o tempo todo, ao analisar contextos, interpretar fatos e indicar possibilidades e tendências de análise que podem e devem ser conceitualmente compreendidos e explicados. Entretanto, ao realizá-lo, buscam, de modo assertivo, avaliar se o conceito adotado ou elaborado por ele ou por outros pesquisadores, possui alguma relação, vínculo ou sincronia com o contexto e os acontecimentos de um determinado período histórico.

O que pretendemos avaliar é se Coelho, ao invocar o conceito de *erradicação*, o mesmo utilizado pelo cientista político norte-americano Samuel P. Huntington em sua análise sobre as relações entre civis e militares nos Estados Unidos, desvinculou o *conceito dos eventos*, objetivando validar suas composições narrativas. De igual modo, é preciso analisar se tais composições estão coerentes com os acontecimentos que conformaram a realidade histórica do período que esta tese se propõe estudar.

Outro aspecto importante e que deve ser destacado sobre a obra do autor é a opção que o sociólogo fez por um recorte histórico e temporal longo. Para analisar e explicar a trajetória histórica e institucional do Exército, a evolução da identidade, o protagonismo militar, as intervenções armadas na política e a legitimação das forças militares como modelos de organização e disciplina para a sociedade civil, Coelho ampliou significativamente a abordagem temporal, estruturando-a da Independência até a Revolução de 1930. O autor estabeleceu uma relação de causas e consequências – a erradicação é a causa e as intervenções armadas na política as consequências mais expressivas dessa dinâmica – e buscou nas origens das relações entre civis e militares no Brasil, os elementos que entendeu necessários para descrever o protagonismo militar e explicar as intervenções armadas na política, cumulando a evolução histórica da identidade institucional e as percepções e comportamentos dos militares em relação à própria instituição e a sociedade. Estes aspectos estão condicionados à utilização de conceitos históricos e sociológicos que organizaram a narrativa e a estruturam em ideias-chaves como *origem*, *continuidade* e *desenvolvimento* e revelam o caráter “finalístico” da análise, típico dos ensaios históricos e sociológicos que se concentram, sobretudo, nas motivações e propósitos que contribuem para a realização de um fim.

O historiador francês Marc Bloch já havia nos alertado sobre os perigos da “obsessão embriogênica”, isto é, a tentação de explicar os fenômenos mais próximos pelos mais distantes. Herança do romantismo alemão, explicou Bloch, as origens funcionam como uma espécie de “começo que explica, ou que basta para explicar”. A busca das origens, para explicar ou condenar, no entanto, assume outra personalidade, conforme salienta Bloch, “o demônio das origens foi talvez apenas um avatar desse demônio satânico inimigo da verdadeira história: a mania de julgar” (BLOCH, 2001, p. 57-58). A historiadora brasileira Emília Viotti da Costa, por sua vez, nos ensina que as visões e leituras retrospectivas insistem em tomar o objeto como um caso particular em seu sentido estrito, o que exige a presença arbitrária de determinados conceitos ou ideias, como, por exemplo, da *evolução*, “um fio explicativo de antemão” que conduz automaticamente cada momento ou etapa necessária de um processo invariavelmente linear, culminando em um esforço de totalização dedutivo, não dialético ou demonstrativo, mas tão somente, dedutivo (COSTA, 1994, p. 16).

Ao desenvolver o trabalho a partir de conceitos e ideias-chaves e na longa duração, Coelho amparou a pesquisa em séries estatísticas de corte longitudinal, ou seja, trouxe para o primeiro plano da análise uma coleção de dados organizados, dispostos em gráficos e tabelas, com a evolução dos efetivos do Exército para os anos de 1830, 1848, 1865 e 1920, ou as variações das despesas do governo com gastos militares entre 1820 e 1880, ou mesmo de 1861 a 1880. No que diz respeito às fontes documentais, “recortou” as falas de parlamentares nos debates da Assembleia Geral Constituinte de 1823 e da Câmara dos Deputados, entre 1828 e 1829 para demonstrar a hostilidade dos políticos civis em relação ao Exército. Embora seja temerário questionar certas ausências nos trabalhos de pesquisa, apontando para as fontes que o autor utilizou e as que deixou de utilizar, ou ainda os autores citados e os que não foram citados etc., cumpre destacar que no caso da obra *Em busca da identidade*, tais ausências, fundamentalmente vinculadas às opções teóricas e metodológicas do pesquisador, bem como posições políticas e ideológicas do autor, redundaram em uma análise muito específica sobre a História do Exército e das relações entre civis e militares no Primeiro Reinado.

Para Coelho, a História do Brasil e do Exército brasileiro, desde a Independência até a Revolução de 1930, foi a História da política de erradicação dos militares pela elite civil. Nesse sentido, a *perspectiva erradicadora* configurou-se como ponto de partida para o autor compreender contextos e elaborar cenários que favoreceram as explicações de diferentes períodos da História e o comportamento dos militares na política, seguindo as sequências que o autor determinou. Ao analisar o período imperial, o autor analisou as situações e os problemas que envolveram o processo de Independência do Brasil, culminaram com a formação da monarquia, garantiram a constitucionalização do regime monárquico, originaram as instituições imperiais e impulsionaram a política brasileira a partir da política de erradicação dos militares pelas elites civis, ainda que versões contraditórias já tivessem alcançado alguma evidência.

Parte importante da elite imperial apoiou a emancipação do Brasil de Portugal após intensos debates, negociações, simulações de cenários, projeções de crises etc., avalizando a liderança do Príncipe Regente e trabalhando pela criação e consolidação de um Estado Imperial monárquico centralizado na figura do Imperador, mas, ao mesmo tempo, representativo e constitucional. A elite política imperial foi a participante mais ativa do movimento de Independência liderado por D. Pedro I, a integridade territorial, a unidade do Império e a manutenção da ordem interna, mas, de igual modo, defendeu a constitucionalização da monarquia e a representatividade do parlamento.

Os militares, mais especificamente os que ocupavam os altos postos de comando no Exército, não estavam dissociados das elites políticas imperiais, nem tão pouco alheios aos debates e aos movimentos que precipitaram a emancipação e a consolidação do Império. Com a Proclamação da Independência em 1822, acirraram-se as disputas em torno dos modelos para criação do Estado Imperial e a organização das instituições de governo. Nessa dinâmica, os debates no parlamento atingiram grande importância, principalmente no que diz respeito às temáticas da formação, organização e disposição do Exército e demais forças militares, bem como, da fixação dos efetivos, definição dos orçamentos, emprego e utilização das tropas etc. Os

debates abriram incontáveis divergências entre as elites políticas e o Imperador, mas, embora os confrontos entre as forças políticas que atuavam no Império tenham sido quase sempre definidos por uma série de contradições e ambiguidades, as discussões revelaram as nuances da formação do Estado e a criação das instituições do Império.

Nesse contexto, o Exército e os militares não somente participaram, mas, desempenharam inúmeras funções no “círculo das atribuições” do governo. Eles foram os responsáveis pela condução efetiva das guerras pela Independência e pacificação das rebeliões e revoltas provinciais, e, de modo ainda mais efetivo, notabilizaram-se pelas “negociações das adesões” das lideranças políticas locais, afirmando a autoridade do monarca e da corte sediada no Rio de Janeiro. Diante de um cenário marcado por conflitos e revoltas que eclodiram em todas as partes de um Império com dimensões continentais, fazer a guerra ou “estabelecer um diálogo político entre a Coroa e as províncias, em parte, cabia aos militares” (SOUZA, 2008, p. 138). Nesse sentido, nem D. Pedro I e nem as elites políticas puderam abrir mão de uma força militar regular e profissional, mesmo diante de inúmeras opções, como, por exemplo, as milícias e tropas voluntárias e irregulares que subsistiam desde a colônia.

Foi o envolvimento constante e permanente dos militares nos assuntos políticos da nação que contribuiu, portanto, para garantir a efetivação dos projetos mais caros à elite política nacional, a saber a emancipação do Brasil, a consolidação do Império, a ordem interna e a manutenção da integridade territorial e as negociações das adesões. Sob o comando de D. Pedro I, o Exército abriu caminho para a emancipação do Brasil, expulsando do país as forças militares portuguesas fieis às cortes de Lisboa, debelando movimentos sediciosos e estabelecendo as negociações e seus termos com as elites regionais no momento em que o projeto de edificação de um poderoso império luso-brasileiro ruiu precocemente.

O Exército brasileiro, integrado pelos militares que formalizaram apoio ao Príncipe Regente na véspera da separação foi organizado formalmente sob a direção ativa do “generalíssimo” D. Pedro I imediatamente após a Proclamação da Independência. A força militar de primeira linha, profissional e

paga atuou intensamente para sufocar revoltas internas e conter os movimentos separatistas das províncias, além de viabilizar os esforços expansionistas empreendidos pelo Imperador e pelas elites políticas nacionais nas mais diversas frentes. Todos os projetos, ações e intenções, resultado de exaustivas incursões militares e negociações, produziram arranjos e alianças que, embora voláteis e sujeitas aos interesses “do dia”, foram suficientemente eficazes para conduzir os processos de Independência, criação e organização das instituições de governo e a consolidação do Império.

Tais condições demandaram, desde cedo, o recrutamento de oficiais e praças, a formação de unidades combatentes e a preparação e o aparelhamento das forças de mar e terra para as guerras que se anunciavam. Ainda que nesse período boa parte das ações tenham sido realizadas às pressas, em face da urgência e da magnitude dos acontecimentos, com custos elevadíssimos para os cofres do Estado, ainda em formação, o Exército e os militares corresponderam às exigências impostas.

Foram, aliás, as forças militares de primeira linha e as tropas de voluntários, como as milícias e as ordenanças recrutadas entre os populares nas localidades, que combateram as unidades portuguesas estacionadas no território brasileiro que resistiram e combateram a Independência. Entre 1821 e 1823, o Exército brasileiro derrotou e expulsou as unidades leais à Lisboa, lideradas pelo General Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa Tavares (1785-1845), que estavam amotinadas na capital do Império, as tropas do Comandante de Armas D. Álvaro da Costa de Souza Macedo (1789-1835), sitiadas na Cisplatina, as resistências empreendidas pelos sediciosos do Norte (Piauí, Pará, Maranhã e Ceará), comandadas pelo Major João José da Cunha Fidié (nascido em finais do século XVIII e falecido em 1856) e os encarniçados assaltos à capital da Bahia, que culminaram com a derrota do General Inácio Luís Madeira de Melo (1775-1833) e os regimentos portugueses de Salvador. Mais tarde, novas incursões militares foram ordenadas pelo Imperador com o objetivo de reocupar o Pará e debelar novas revoltas, combater a Confederação do Equador em Pernambuco e disputar os domínios da Banda Oriental na Guerra Cisplatina.

Não obstante, outros estudos defendem a tese de que “a elite política não era contrária ao Exército”. As extinções de corpos, como batalhões e companhias, e as reduções dos efetivos que ocorreram durante todo o Império atenderam mais às necessidades econômicas e financeiras do Estado do que, necessariamente, aos supostos ímpetus erradicadores da elite civil impregnada pela ideologia liberal de viés norte-americano. Aliás, nesse período, a elite civil “elaborou e pôs em prática um vasto projeto de reformas das forças de linha”, o que atendia, entre outros objetivos, a reorganização de um Exército equiparável aos das nações civilizadas (SOUZA, 1999, p. 26-27).

Nosso trabalho está organizado em três capítulos, sendo que em cada um deles existe uma parte primária ou introdutória, em que são apresentadas, em linhas gerais, as principais descrições e análises relativas aos temas abordados. Cada capítulo, por sua vez, está dividido em partes secundárias ou subcapítulos, em que as discussões são desenvolvidas a partir de discussões teóricas e metodológicas ou da articulação entre as produções historiográficas sobre os temas em questão e a problematização das fontes e documentos.

Esse são, portanto, as dinâmicas históricas e historiográficas que pretendemos analisar e discutir. Neste trabalho, portanto, elaboramos a crítica historiográfica da política de erradicação e uma nova interpretação para o estudo das relações entre civis e militares e do Exército no período entre 1821 e 1824, com ênfase em três eixos explicativos: (1) a beligerância política e os ritos da conflagração, (2) as guerras e (3) o círculo das atribuições e a negociação das adesões.

A partir destas três conformações, que revelam, aliás, as dinâmicas da política imperial, afirmamos que o Exército ocupou as posições centrais nos processos que culminaram com a Independência do Brasil e a consolidação do Império no contexto de formação do Estado entre 1821 e 1824.

Na parte introdutória do primeiro capítulo, denominado *Em busca da identidade: motivações, justificativas e possibilidades*, realizamos a descrição da obra *Em busca da identidade*, de Edmundo Campos Coelho, abordando o lugar de produção, os procedimentos e a escrita, bem como as relações que estes elementos estabeleceram com os espaços de experiências e os horizontes de expectativas do autor. Nossos interesses estão nos vínculos,

pressões e opressões do lugar, nas opções, escolhas teóricas e metodológicas e nos meandros de elaboração do ensaio histórico e sociológico. O que torna imperativo, entre outros aspectos, identificar as expectativas do sujeito enquanto cidadão, que durante a elaboração do trabalho viveu e experimentou as agruras do regime militar de 1964.

Nas duas partes subsequentes do primeiro capítulo, denominadas, respectivamente, *Zonas de sombras* e *Zonas de compromissos*, procuramos demonstrar como as tensões existentes entre os acontecimentos do presente e as experiências que interagem com o passado, suas implicações e complexidades, configuram-se a partir das afinidades e preferências dos sujeitos. Por seu turno, entendemos que, por diversas circunstâncias históricas, o protagonismo militar e as intervenções armadas na política, por exemplo, inscreveram-se nas zonas de sombras da História do Brasil. Não somente em função dos contornos que os movimentos intervencionistas assumiram, sobretudo a partir de 1964, marcadamente ditatorial e autoritário, mas, também, em virtude das divergências historiográficas, revisões e revisionismos, ou as análises de caráter nefasto, conforme o termo utilizado Enzo Traverso (2017) para descrever e caracterizar as teses revisionistas e negacionistas, que têm ocupado espaços cada vez mais amplos nas narrativas sobre as relações entre civis e militares e a política no Brasil.

Ao propor análises controversas ou meramente pragmáticas, cujos fins são a justificação ou a amenização das ações dos militares nos períodos de exceção, os revisionistas e os negacionistas reforçam afinidades ideológicas e interesses imediatistas em detrimento do conhecimento teórico cientificamente embasados mediante a utilização de métodos probos e válidos. Em História, os compromissos com a objetividade e a verdade devem superar as afinidades e os interesses imediatos. As interpretações historiográficas são regularmente submetidas a novas avaliações, o que contempla a crítica dos documentos e das fontes, conhecidas ou inéditas, a problematização contínua dos saberes e a discussão constante de seus métodos e procedimentos, reafirmando o caráter transitório, porém, fecundo da História. Daí a necessidade de não privar a sociedade de acessar e conhecer as nuances dos processos de elaboração do conhecimento histórico.

No segundo capítulo, intitulado *A Tese da Política de Erradicação: operações, experiências e expectativas*, aprofundamos as discussões sobre os aspectos teóricos e metodológicos do ensaio elaborado por Edmundo Campos Coelho e as suas operações, demarcadas pelo lugar, experiências e expectativas, conteúdos e lógicas discursivas adotadas e empreendidas pelo sociólogo mineiro. O capítulo está estruturado em uma parte introdutória e em outros quatro subcapítulos que ampliam o escopo da análise. No primeiro, denominado *Tecituras analíticas: lugares de produção e conteúdos*, demonstramos como as escolhas teóricas e metodológicas do autor, fundamentadas pela Sociologia da Burocracia e pela Ciência Política norte-americana, implicaram em generalizações que esvaziaram a complexidade dos cenários e contextos. No segundo, denominado *Formas e lógicas discursivas: o ensaio histórico e sociológico*, descrevemos as principais características do ensaio histórico e sociológico, a partir da crítica teórica e historiográfica das principais fontes do ensaísmo brasileiro para identificar as *formas* e as *lógicas* que o sociólogo utilizou para organizar o trabalho e estruturar a obra *Em busca da identidade*. Com base nesses elementos, analisamos o conceito de *erradicação*, empregado pelo autor para descrever as relações entre civis e militares no Brasil. Na última parte do capítulo, denominado *Antíteses: a Tese da Política de Erradicação e a consolidação do Império*, confrontamos o conceito empregado por Coelho com outros estudos e referências historiográficas, notadamente as que abordaram ou fizeram referência a hipóteses erradicadora, e concluimos que a Tese da Política de Erradicação, embora persistente nas décadas de 1950 e 1960, perdeu forças a partir da década de 1990, em função das suas inconsistências teóricas e metodológicas e dos avanços das pesquisas sobre o Exército e a política.

No terceiro capítulo, denominado *O Exército, os militares e a política no Primeiro Reinado*, propomos uma nova interpretação para as relações entre civis e militares e defendemos que nas configurações políticas do período, com a Proclamação da Independência e o contexto de consolidação do Estado, os militares ocuparam espaços importantes, determinando, inclusive, boa parte das decisões políticas no contexto de consolidação do Império, atuando na formação e organização do Estado e desempenhando funções que

extrapolavam suas atividades mais comuns, como a política, por exemplo. Quando analisamos as discussões e as deliberações do Imperador, da elite e da burocracia estatal, concluímos que a política do Primeiro Reinado se caracterizou por inúmeros conflitos, disputas, negociações e transações entre os adeptos da emancipação e as forças políticas e militares leais a Portugal.

Com base nos debates e resoluções do Conselho Geral de Procuradores das Províncias ou, simplesmente, Conselho de Estado, primeira instituição deliberativa da nação sob a Regência de D. Pedro I, constatamos, por exemplo, que as decisões políticas e administrativas foram influenciadas por esses embates, o que exigiu a formação de aparatos legais e procedimentos normativos que justificassem o uso ostensivo da força militar, mas, também, por advertências e tratativas para solucionar os conflitos. As deliberações do conselho seguiram, portanto, o que denominamos *expedientes da beligerância* e os *rituais da conflagração*, anunciando os elementos fundantes da Independência do Brasil, a beligerância política, a guerra e a negociação.

No subcapítulo, *o Exército e a guerra na consolidação do Império*, analisamos a dinâmica que as beligerâncias políticas na Corte e a Guerra na Bahia contribuíram para afirmar o protagonismo do Exército e dos militares, definitivamente colocados no centro da arena política. Nesses processos, é fundamental compreender que as guerras da Independência, apesar da violência dos combates e da crueldade dos confrontos, não possuíam tendências meramente destrutivas com orientações quanto a aniquilação dos inimigos da Independência. As conflagrações do período, apesar da dramaticidade das ações, orientadas para a manutenção da integridade territorial e da ordem interna, dois princípios fundamentais para a compreensão da Independência do Brasil, privilegiaram sobremaneira as composições e os entendimentos entre os grupos beligerantes sempre que possível. Nesse sentido, além das atribuições tipicamente militares, como a administração e a aplicação da violência, cumpre destacar a negociação das adesões e a integração das lideranças políticas e até mesmo de muitos dos rebelados à órbita política do monarca e das elites.

Em suas cartas e decretos, por exemplo, D. Pedro I insistia na expulsão dos inimigos, advertindo as divisões portuguesas amotinadas, valendo-se principalmente das negociações com seus patrícios para permitir o embarque dos insubordinados para Portugal. No subcapítulo intitulado *O 'círculo das atribuições': o Exército e a negociação das adesões*, demonstramos que a atuação dos militares nas províncias constituíram-se os mais importantes "instrumentos" de mediação entre a Corte, sediada no Rio de Janeiro, e os líderes das revoltas nas províncias, bem como de estabilização da política local e integração dessas lideranças à elite imperial. Os expedientes da beligerância, a guerra e a negociação das adesões contribuíram para viabilizar a Independência e confirmar a posição central nos processos políticos do Primeiro Reinado. Contrariando o que propôs Edmundo Campos Coelho e a Tese da Política de Erradicação, o Exército e os militares foram protagonistas incontestes durante a Independência, a formação do Estado e a consolidação do Império.

Este trabalho não tem entre os seus objetivos produzir uma versão memorialística sobre a participação do Exército e dos militares no contexto da Independência e consolidação do Império. Nosso objetivo é avaliar as relações entre civis e militares de acordo com a situação e a atuação dos militares nos acontecimentos que envolveram a atuação do Exército durante a Independência, de formação do Estado e consolidação do Império. Diferentemente do que parte importante da historiografia nos informa, constatamos que os militares tiveram atuação destacada e desempenharam funções relevantes na História do período, muitas das quais iam além das suas atividades costumeiras.

O protagonismo político foi, portanto, uma característica predominante entre os militares diante das exigências e dificuldades que existiam, e das que surgiam, para a formação das instituições e administração do Estado. Para os altos oficiais militares, a Independência, constituída e orientada pela emancipação política, defesa da monarquia, da integridade territorial e da manutenção da ordem, afirmou-se gradativamente como instituição incontestável de valor inalienável.

A causa do Brasil exerceu forte poder de atração sobre os militares e grande parte dos generais aderiu à separação e ao arrojado projeto da alta burocracia da Corte e da elite política imperial. Cumpre ressaltar, ainda, que em nossas pesquisas não nos ocupamos dos soldados ou praças. Em função do foco e dos objetivos da tese, nos concentramos, invariavelmente, no Exército enquanto instituição, formado e organizado no contexto da Independência e, eventualmente, dos oficiais, mais especificamente os generais, os quais ao longo do Império participaram ativamente dos debates políticos e assumiram incumbências que, em várias situações e oportunidades, transcenderam os círculos de suas atribuições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitão deu a ordem de fogo! Arcádio nem teve tempo de estufar o peito e levantar a cabeça, sem entender de onde fluía o líquido ardente que lhe queimava as coxas.

– Cornos! – gritou. – Viva o Partido Liberal!

Gabriel García Márquez
Cem anos de Solidão

Em 1823, o Rio de Janeiro foi devidamente legitimado como o centro político e administrativo do Império do Brasil. A instalação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, no dia 3 de maio, chancelou a articulação que colocou D. Pedro I na cabeça da monarquia sustentado pelos grupos políticos da região centrossul do país.

Naquele ano, praticamente todas as localidades do Império realizaram eleições para a escolha de seus representantes ao congresso constitucional erigido para elaborar a primeira Constituição do Brasil. Logo após a escolha dos representantes, as primeiras sessões da Assembleia reuniram, em média, cerca de 50 deputados cada. As províncias do Pará, do Maranhão e da Cisplatina recusaram-se a programar os pleitos em função das guerras que promoviam contra o Império. Nas sessões preparatórias, iniciadas em 17 de abril e concluídas em 2 de maio, os deputados criaram as primeiras comissões legislativas, analisaram os diplomas dos representantes eleitos em cada uma das províncias, deliberaram sobre regimentos e normas internas da Assembleia e prepararam cuidadosamente o cerimonial de abertura dos trabalhos que contou com a presença de D. Pedro I.

Em 3 de maio de 1823, “Sua Magestade Imperial entrou na Assembleia descoberto, e foi acompanhado até ao Throno pelos Srs. Secretarios” (CALMON, 2003, p. 15). O pomposo cerimonial, marcado pela deferência impecável dos representantes das províncias para com o monarca, e a fala do

trono confirmaram os termos da adesão entre os dignos representantes da nação brasileira, os deputados eleitos pelo povo em cada uma das províncias e o Imperador.

Quão grande é meu prazer, vendo juntos representantes de quasi todas as províncias, fazendo conhecer umas às outras seus interesses, e sobre eles bazearem uma justa e liberal constituição que as reja! Deveríamos já ter gosado de uma representação nacional, mas a nação não conhecendo ha mais tempo seus verdadeiros interesses, ou conhecendo-os e não podendo patentear visto a força e o predomínio do partido portuguez que sabendo mui bem a que ponto de fraqueza, pequenez e pobreza, Portugal já estava reduzido, e ao maior gráo a que poderia chegar de decadência, nunca quiz consentir (sem embargo de proclamar liberdade, temendo a separação), que os povos do Brazil gosassem de uma representação igual aquella que elles tinham (FALLAS..., 1889, p. 15).

Em sua fala, o Imperador, de um modo ou de outro, citou as vacilações dos brasileiros que, “não conhecendo ha mais tempo seos verdadeiros interesses”, sonhavam, ou mesmo, submetiam seus anseios ao projeto português para o Brasil. “Enganaram-se em seos planos conquistadores, e d’esse engano nos provém toda a nossa fortuna”, bradou D. Pedro I, lembrando os compatriotas dos primeiros intentos da desobediência e da separação. Habilmente, porém, D. Pedro I, que sempre se referiu ao pai com carinho e admiração, citou o Decreto de 16 de dezembro de 1815, lembrou os ouvintes que a criação que elevou o Brasil à condição de sede do Reino de Portugal, Brasil e Algarve, fora obra de seu amado pai, e fez Portugal bramir de raiva, mas tremer de medo.

A convocação da Assembleia Geral e o discurso do Imperador, ato incontestado da conciliação entre o Imperador e as províncias, ocorreu em face de um cenário em que coexistiram projetos políticos comuns, outros contraditórios, muitos até, totalmente antagônicos. Mas, todos, de igual modo, foram permeados pelos expedientes da beligerância, pelos rituais conflagracionistas e pela guerra.

fomos maltratados pela Tropa Europeia de tal modo, que Eu Fui obrigado a faze-la passar á outra banda do Rio, pol-a em sitio, manda-la embarcar, e sahir barra a fora, para salvar a honra do Brasil, e podermos gozar daquela Liberdade, que devíamos, e queríamos ter, para a qual de balde trabalharíamos por possuilla, se entre nós cosentissemos um partido heterogêneo á verdadeira Causa (FALLAS..., 1889, p. 15).

Após expulsar a tropa “de malfeitores” da Corte, D. Pedro I e a elite política voltaram suas atenções para as forças portuguesas que resistiam nas províncias rebeladas, como a da “Bahia, que foi a primeira em aderir a Portugal, em premio da sua boa fé, e de ter conhecido tarde qual era o verdadeiro trilho, que devia seguir, soffre hoje crua guerra dos Vandalos, e sua Cidade, só por elles occupada, está a ponto de ser arrasada”, o Imperador insistiu na narrativa das agressões portuguesas, que, caso não fossem contidas pela força das armas, teriam se transformado em escravidão (FALLAS..., 1889, p. 15).

A mudança no teor político dos discursos, que no espaço de pouco mais de um ano e meio deixou de ser luso-brasileiro para tornar-se, ardentemente brasileiro, redundou em um amplo acordo entre os grupos e as forças do Reino para emancipar o Brasil de Portugal, o que desfez qualquer possibilidade de manutenção dos vínculos e dos laços com a antiga metrópole. Notadamente, ainda reluziam os afetos do monarca “brasileiro” com o pai, o rei de Portugal, D. João VI. A instalação da Assembleia Constituinte e as investidas reiteradas das Cortes serviram para, pelo menos naqueles momentos, fortalecer o círculo imperial brasileiro e a representação do monarca.

As ações beligerantes do Imperador seguiram intercalando-se com apelos ao patriotismo aos representantes das províncias, elogios ao pai, ataques aos portugueses e a exaltação dos êxitos brasileiros nas guerras. O momento exigia doses ainda mais fortes de energias beligerantes, característica marcante do Imperador. Afinal, a Independência e a conciliação dependiam da confirmação da representação do monarca, configurada pelos expedientes da beligerância e pelos rituais que atraíam lideranças e grupos para os círculos do monarca. “Eu tomei sobre Mim proteger este Império”, proclamava o Imperador onde quer que estivesse. A guerra, assim como as negociações das adesões, eram instrumentos notáveis nas mãos do Imperador

soldado. Durante seu reinado, D. Pedro I manejou, ainda que de modo confuso, os meios e as provisões de que dispunha para consolidar sua regência, alcançando o inimaginável feito de manter unido um continente inteiro.

Não por acaso, ações como o fechamento da Assembleia Geral, em 12 de novembro de 1823, e a outorga da Constituição do Império do Brasil, em 25 de março de 1824, elaborada pelo Segundo Conselho de Estado (1823-1834), instituído pelo Imperador após a “demissão sumária” dos primeiros deputados eleitos para o efêmero congresso constitucional, suspendiam temporariamente as conciliações, mas, ao mesmo tempo, reafirmavam a hegemonia política da Corte instalada no Rio de Janeiro.

Grande e heterogênea, a força militar do Primeiro Reinado garantiu ao primeiro monarca e às elites políticas as condições mínimas para enfrentar os inúmeros problemas que emergiram com a desobediência do Regente perante as ordens das Cortes e a Proclamação da Independência, bem como, confrontar os grupos e facções que atuavam contra a causa brasileira nas regiões.

É certo, pois, que o Imperador e seus ministros se valeram de parte importante dos efetivos militares que permaneceram no Rio de Janeiro e nas províncias após a partida de D. João VI. Estas tropas haviam sido aumentadas e treinadas ainda durante a gestão de D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, no Ministério da Guerra de D. João VI. Linhares ampliou o número de praças e oficiais e criou instituições militares que continuaram existindo por longos períodos, mesmo após a separação do Brasil de Portugal, como, por exemplo, a “Academia Real Militar, o Arquivo Militar, o Supremo Conselho Militar, o Hospital Militar, para citar apenas os estabelecimentos mais importantes” (LEMOS, 1996, p. 124).

D. Pedro I não perdeu de vista tais pressupostos e, durante a Independência, organizou o Exército mediante a formação de corpos de tropas regulares de 1ª e 2ª Linhas, com oficiais e soldados profissionais e pagos atuando em praticamente todas províncias e localidades.

Uma coisa é certa, não tivesse D. Pedro organizado e prestigiado as Forças Armadas imperiais, a Independência não teria avançado e a continuidade territorial do país teria sido interrompida. Inicialmente, havia que submeter e expulsar as tropas portuguesas, que ainda resistiam em bolsões isolados. Tentativas de mobilizar a população para essa luta não lograram êxito. Uma patriótica 'Guarda Cívica', criada pelo Decreto de 25 de setembro de 1822, nunca saiu do papel; e uma corporação paramilitar, surgida em São Paulo como o pomposo nome de 'Sustentáculo da Independência Brasileira', desapareceu tão romanticamente como surgira. Prática comprovação de que um paisano armado não é um soldado. Verificou logo o governo, também, que sem uma força armada não conseguiria administrar o país (LEMOS, 1996, p. 129).

Mesmo diante das elevadas quantidades de efetivos das forças de terra e da diversidade de combatentes e grupamentos militares, as tropas se mostraram eficientes do ponto de vista operacional, correspondendo a altura durante as incursões de que tomaram parte, apesar da baixa qualidade técnica e das fragilidades quanto a hierarquia e a disciplina. Muitos oficiais e soldados eram egressos de outras campanhas militares travadas na América espanhola ou na Europa, tão ou mais difíceis quanto às batalhas que estavam sendo travadas contra as forças conflagradas das províncias. Entre os militares portugueses, por exemplo, tanto os que se uniram ao recém formado Exército brasileiro, quanto os que permaneceram fiéis às Cortes de Lisboa, muitos haviam lutado nas campanhas napoleônicas, outros participaram das ações joaninas contra os rebeldes de 1817 ou eram veteranos das conflagrações no Sul (SOUZA, 2004, p. 171).

Os homens que vieram com Pedro Labatut, por exemplo, eram veteranos das guerras napoleônicas e haviam participado das guerras pela independência da Grã-Colômbia, e foram contratados pelo Brasil. Dos generais portugueses e brasileiros que integraram o Exército imperial, praticamente todos já haviam sido testados nas inúmeras conflagrações que haviam ocorrido até então na América portuguesa sob a regência de D. João VI. O Almirante Cochrane, que havia participado das lutas pela independência do Chile e do Peru, outro exemplo, trouxe consigo pelo menos 500 homens que também haviam lutado nas guerras europeias ou nas campanhas emancipacionistas da América Hispânica.

Não foram em todas as partes do território unificado por D. Pedro I e pela elite política desde o rompimento litigioso com Portugal em 1822, orgulhosamente brasileiro e pretensamente nacional a partir de 1823, que os infestos bélico-militares foram necessários. Mas, as advertências e as ameaças certamente foram recebidas e avaliadas com cautela em todas as localidades pelos principais indivíduos e grupos.

O temor dos “compatriotas” locais, que diante das ameaças de desintegração, inclusive regionais, fez com que prevalecessem, além dos seus interesses particulares, os anseios consagrados no projeto de formação de um novo Império no Brasil. Por isso, as elites celebraram, muito mais do que lamentaram, o aparecimento de um projeto político, ainda que centralizador e autoritário, mas, também, a “eleição” de um novo senhor. A monarquia não foi um preço a pagar pela Independência, mas, uma opção decidida dos mandatários brasileiros, monarquistas resolutos ou por adesão. Não por acaso, as causas mais urgentes como as guerras contra os portugueses nas províncias foram prontamente socorridas após os apelos reiterados do monarca e os atos conciliatórios imediatamente formalizados e publicamente festejados pelas câmaras, igrejas, quartéis e vereações locais (SOUZA, 1999b).

Sem o apoio dos “cidadãos” que aclamaram e coroaram D. Pedro I, que em nenhum instante abriu mão de suas prerrogativas, desde os primeiros movimentos que encaminharam a separação até sua abdicação, a “causa brasileira” teria se transformado em uma quimera infame. Obviamente que os pactos e tratados também conheceram limites, e as guerras e revoltas, as quais levaram mais de vinte anos para serem pacificadas, demonstram as fragilidades dos arranjos. Já nos primeiros momentos da Independência e, mais adiante, com a instalação da Assembleia Constituinte, as expectativas positivas em relação ao enfrentamento dos problemas experimentados, transformaram-se em novos embates, acirrando ainda mais as disputas, agora, pelo controle das instituições e dos círculos do poder político e institucional.

Ela seria, antes, o resultado de um jogo político em que os agentes provinciais pugnam – no parlamento, nas esferas de poder local, na imprensa, e, não raro, mediante o uso de armas – no sentido de consolidarem sua participação no controle do novo Estado a ser construído (OLIVEIRA, 2014, p. 19).

Os conflitos entre os mais variados grupos, muitos deles, bastante influentes e poderosos, ocorreram amiúde nos mais diferentes espaços e sob as condições mais diversas. Embora a atuação das elites políticas contribuísse para garantir ao monarca e sua casa condições minimamente favoráveis para liderar o projeto imperial brasileiro, consolidar o modelo de Estado e o sistema de governo implantado, as oscilações e instabilidades exigiam, a todo tempo, a ampliação dos expedientes da beligerância e a negociação contínua das adesões. Dinâmicas que movimentavam as ações e as atitudes políticas de modo muito intenso, evidenciando a volatilidade das relações e a transitoriedade das ações.

Entre 1821 e 1822, quando os primeiros “despachos ordinários” dos ritos de conflagração começaram a ser exarados em cumprimento aos tramites necessários para fundamentar as disputas e justificar as hostilidades contra os partidários de Lisboa, a guerra e as negociações das adesões foram assumindo, gradualmente, maior importância, ainda que com contornos pouco definidos. Em 1821, prevalecia “uma profunda pulverização da autoridade pública e do poder político” (OLIVEIRA, 1999, p. 202), com as autoridades da Corte, as práticas tradicionais e a legitimidade das leis sendo questionadas insistentemente. Em meados de 1822, explicou Cecília Helena Salles de Oliveira, aproximar-se do Príncipe Regente, valorizar o nome e as tradições da casa de Bragança e fortalecer a monarquia “representava uma estratégia de encaminhar suas pretensões mais imediatas, isso porque D. Pedro simbolizava, naquele momento, a única autoridade que poderia conduzir uma reivindicação como a da convocação da Assembleia” (OLIVEIRA, 1999, p. 249).

Essas variações constantes e, aparentemente, intermináveis, deram o tom da política do Primeiro Reinado. Para viabilizar o projeto “brasileiro”, D. Pedro I e as elites políticas da região centro sul foram obrigados a valer-se, reiteradamente, dos expedientes da beligerância, das guerras e das

negociações das adesões no contexto de formação do Estado e da consolidação do Império. Não por acaso, foram militares, como os Lima e Silva, Caldeira Brant e Nogueira da Gama, entre outros, aliados a figuras influentes da Corte como José Bonifácio, José da Silva Lisboa e Silvestre Pinheiro Ferreira, que atuaram para garantir a sustentação, o poder e a força do Imperador, pelo menos até os momentos em que esse poderio todo, aparentemente incontestável, também atingisse seus limites, refluindo quase totalmente com o ato da Abdicação. “Quase totalmente”, pois, a monarquia constitucional e representativa foi mantida, mais uma vez, sob a vigilância e a atuação política protagônica dos militares.

O fato de nos empenharmos, até aqui, para desenvolver uma narrativa até certo ponto “positivista” e, de algum modo, memorialística das guerras da Independência, em especial, da Guerra na Bahia, atribuindo papel destacado aos comandantes militares, aos corpos de Exército e da Armada Imperiais e a atuação das forças de 1ª linha nas batalhas, cujas atribuições, conforme procuramos demonstrar, sempre rompiam os círculos das suas funções laborais mais específicas, servem para afirmar o protagonismo das forças armadas regulares e profissionais no período em questão.

As guerras, eixo das dinâmicas políticas e sociais do período imperial, articuladas aos expedientes da beligerância e as negociações das adesões, contribuíram de modo singular para a Proclamação da Independência e a formação do Estado no contexto de consolidação do Império. Não resta dúvidas que o Exército brasileiro – força regular, profissional e paga – desempenhou papel central em praticamente todos os momentos da História do Brasil, desde os primeiros tempos de sua organização e emprego, embora tais aspectos tenham sido ignorados por pesquisadores como Edmundo Campos Coelho.

É preciso, contudo, tecer algumas considerações que julgamos importantes sobre a obra e os objetivos de Coelho. O sociólogo mineiro dedicou a maior parte de sua obra, *Em busca identidade*, para analisar e discutir os processos políticos do país nas décadas de 1960 e 1970. Embora fique claro que o objetivo do pesquisador não foi descrever a História do Exército e das relações entre civis e militares no período imperial, sobretudo no

Primeiro Reinado, em todas as suas dimensões e peculiaridades, alienou sua análise a uma leitura retrospectiva do passado, atribuindo à erradicação dos militares pelas elites civis parte importante dos desdobramentos e reviravoltas dos períodos seguintes, como, por exemplo, a aquisição de poder e o protagonismo político, alcançados mediante a ampliação dos níveis de autonomia e identidade e que culminaram nas intervenções armadas na política. No primeiro capítulo, objeto de nossas avaliações, o autor analisou a instituição militar desde a *Independência até a Questão Militar* e defendeu a tese da *erradicação* dos militares pelas elites civis com ênfase no predomínio do liberalismo político, alçado ao grau de constante ideológica e vetor das hostilidades civis contra os militares.

As relações entre a organização e o sistema inclusivo são estudadas a partir de uma perspectiva histórica. Ao nível da constatação empírica, isto implica que a descrição e a explicação do estado atual de uma organização requerem a identificação de estados posteriores, daquilo que ela foi no passado; ao nível teórico, significa que não podemos aplicar os mesmos conceitos e categorias a cada uma e a todas as fases da existência de uma organização (COELHO, 2000, p. 42).

O recorte temporal longo, a busca pelas origens do protagonismo militar e a utilização de conceitos anacrônicos como a *erradicação*, evidenciam a organização esquemática de uma obra estruturada em ciclos que descrevem, um por um, a trajetória histórica do Exército e a política na sociedade brasileira. A partir do primeiro ciclo – a erradicação – Coelho subscreveu todos os períodos posteriores da História da instituição, e do Brasil, a um conceito chave específico, que atingiu a fase final de amadurecimento e consciência internas, o protagonismo militar e as intervenções armadas na política. As “organizações não servem a objetivos, mas são servidas por eles”, assinalou. Os objetivos são, por sua vez, “frequentemente redefinidos, eliminados, adicionados ou simplesmente abandonados como estratégias de implementação da capacidade competitiva das organizações” (COELHO, 2000, p. 43-44).

Em trabalho recente, o historiador Carlos Fico nos explica que “até 1980, os debates teóricos sobre os regimes militares” se davam quase exclusivamente no campo da Ciência Política, cujas “informações disponíveis

sobre a ditadura provinham da imprensa, de discursos oficiais e de depoimentos ou memórias” (FICO, 2017, p. 7). Coelho analisou parte dos discursos oficiais e das memórias dos militares, tais como os livros e artigos publicados pelos representantes do Regime, como o capítulo do livro *Geopolítica do Brasil*, de autoria do Gal. Golbery do Couto e Silva, publicado pela Livraria José Olympio Editora (1967, p. 7-33); o artigo “A mobilização nacional”, escrito pelo Gal. Aurélio de Lyra Tavares para o periódico, *A Defesa Nacional* – julho/ agosto de 1969; a transcrição da aula inaugural do Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco publicada no jornal *Correio da Manhã*, intitulado “Segurança e desenvolvimento”, publicado em 14 de março de 1967; e o texto do Gal. Emílio Garrastazu Médici, “Primeira mensagem à Nação”, publicado no periódico *A Defesa Nacional*, na edição 626, de janeiro/ fevereiro de 1970.

Os pressupostos estabelecidos nesses documentos forneceram os conteúdos políticos e ideológicos, visões e valores que orientaram a Doutrina de Segurança Nacional, tanto aos membros da instituição quanto aos cidadãos. Esse conjunto de prospectos, o autor denominou, *consenso sobre domínio*, isto é, a imagem que deveria ser compartilhada por todos sobre a identidade nacional, a qual se confundia, propositadamente, à identidade e ao poder militar (COELHO, 2000, p. 179).

Combinam-se nestas mensagens a exaltação do civismo, dos símbolos, vultos e datas nacionais que deverão desenvolver no povo o sentimento de filiação e lealdade à mesma comunidade nacional (...) Particularmente a juventude tem sido alvo desta investida sobre o espírito e a mente dos cidadãos – pois a reeducação cívica não se dissocia do quadro de guerra psicológica –, que se completa, em outros níveis, com iniciativas como o Projeto Rondon, a obrigatoriedade dos cursos de Educação Moral e Cívica e projetos de impacto na esfera da atividade econômica e social do Estado (COELHO, 2000, P. 181).

A síntese é assertiva e aborda objetivamente os elementos que conformam a análise sobre a conjuntura de uma época e seus desdobramentos. De um lado, o Exército como instituição politicamente autônoma impondo suas concepções de Estado e nação, orientado para “despertar uma forte autoconsciência nacional” nos cidadãos brasileiros. De

outro, o Exército profissional, voltado para o aprendizado e o desenvolvimento de suas capacidades militares para a defesa do país. Ao fundo, as normas constitucionais, instrumentos político-normativos imprescindíveis, porém, ineficazes diante das investidas políticas de organizações hipertrofiadas.

Diante desse quadro complexo, percebemos que o ponto de partida do autor e seu ensaio histórico e sociológico não era o período imperial, mas, os espaços e horizontes que compunham suas experiências e orientavam suas expectativas no momento em que realizou suas pesquisas e produziu sua obra. Daí nossas dificuldades para validar, conforme a perspectiva do autor, a erradicação como conceito definidor das relações entre os civis e os militares no Brasil. O Exército e os militares, protagonistas da Independência, contribuíram de modo singular para a formação do Estado e consolidação do Império e o que “Huntington chamou de *política de erradicação*” (COLEHO, 2000, p. 49), não possui validade ou encontra sustentação diante de um cenário tão controverso e enigmático quanto o inaugurado em 1822.

FONTES

BRASIL. Assembleia Geral Constituinte e Legislativa (1823). *Diários da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Brasília: Senado Federal, 2003.

_____. *Ata da eleição de Deputados pela Província de Pernambuco*. 18 de abril de 1823. 1823a. Disponível em: <<https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/oficio-da-camara-de-olinda>>.

_____. *Atas do Conselho de Estado – 1822-1889*. Org. José Honório Rodrigues. Brasília: Senado Federal, s./d. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtasDoConselhoDeEstado.asp>.

_____. *Atas do Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias do Brasil – 1822-1823*. 1823b. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS1-Conselho_dos_Procuradores_Gerais_das_Provincias_do_Brasil_1822-1823.pdf>.

_____. *Coleção de Leis do Império*. 1822a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>>.

_____. *Coleção de Leis do Império*. 1831. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>>.

_____. *Coleção de Leis e Decisões do Império*. 1887. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao3.html>>.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil – 1988*. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

_____. *Constituição política do Império do Brasil (25 de março de 1824)*. 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>.

_____. *Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018*. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2018/2018/decreto/D9288.htm>.

_____. *Decretos, Cartas e Alvarás de 1822*. 1822c. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>>.

_____. *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011*. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>.

_____. *Inventário analítico do arquivo da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823*. 1823c. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/atom/AC1823/sobre/Inventario_AnaliticoAcervoConstituinte1823.pdf>.

_____. Senado Federal. *Proclamação – de 17 de junho de 1822*. O Príncipe Regente convida os Povos da Bahia a reconhecerem a sua autoridade. 1822b. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/559177/publicacao/15747143>>.

CARTAS remetidas ao rei D. João VI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

DOCUMENTOS para a História das Cortes Geraes da Nação Portuguesa. Tomo I. 1820-1825. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1883. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518723>>.

FALLAS do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Camara Temporaria. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

PERNAMBUCO (ESTADO). Ata da eleição de Deputados pela Província de Pernambuco – 18 de abril de 1823. 1823. Disponível em: <<https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/0r09c>>.

PORTUGAL. Documentos para a História das Cortes Geraes da Nação Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883. 8 v. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518723>>.

BIBLIOGRAFIA

ALEIXO, José Carlos Brandi. O Brasil e o congresso anfitriônico do Panamá. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 43, n. 2, p. 170-191, 2000.

ALVES, Dilma Cabral; PONTES, Salomão. Os contornos institucionais do Estado brasileiro. In: CABRAL, Dilma (Org.). *Estado e administração: a construção do Brasil Independente*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

ANDERSON, Perry. *Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Zona de compromisso*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

ANTIQUERA, Moisés. Modelos causais e a escrita da História. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 14, p. 11-26, 2014. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/617/446>>.

ARIÉS, Philippe. *O tempo da História*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. Rupturas entre o presente e o passado: leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt. *Páginas de Filosofia*, v. 2, n. 2, p. 65-88, 2010. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/PF/article/view/2374>>.

BARROSO, Gustavo. *Uniformes do Exército brasileiro. 1730-1922*. Paris: A. Ferroud, 1922.

BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisas em Survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 22, n. 1, p. 47-66, 2010.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Uma lição de história*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989.

BURKE, Peter. A crise das representações. In: *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2009, p. 137-146.

CALMON, Pedro. Introdução. In: *Diários da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Brasília: Senado Federal, 2003. Tomo I.

_____. *História da civilização brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2002.

CANDIDO, Antonio. Literatura e a vida social. In: *Literatura e sociedade*. 9. ed. rev. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador. *Diálogos*, Maringá, v. 3, n. 1, p.1-28, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CATANI, Afrânio Mendes. Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 103-105, 1978.

CASTRO, Celso. *Textos básicos de Sociologia: de Karl Marx a Zygmunt Bauman*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2014.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2002.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Meneses. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. A operação historiográfica. In: LE GOFF, Jacques (Comp.). *História: novos problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995, p. 65-119.

CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. Tradução de Michael Howard e Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1984.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. A Instituição Militar no Brasil: um ensaio bibliográfico. *BIB: O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993, p. 335-349.

_____ (Org.). *Sociologia da Burocracia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842*. Petrópolis: Vozes; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1979.

CORVISIER, André. *A guerra: ensaios históricos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 14, n. 27. p. 9-26, 1994.

_____. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Sergio Corrêa. *As 4 coroas de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1972.

COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Org.). *De um império a outro: sobre a formação do Brasil, século XVIII e XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

DEL PRIORE, Mary. *Revisão do paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DOLHNIKOFF, Mirian. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In: Jancsó, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ELBRIDGE GERRY In: *Enciclopédia Britannica*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Elbridge-Gerry>>.

ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval. In: *Escritos & ensaios 1: Estado, processo e opinião pública*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2006.

FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.

_____. *Os donos do poder. formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

FICO, Carlos. Ditadura brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FURTADO, João Pinto. Das múltiplas utilidades das revoltas: movimentos sediciosos do último quartel do século XVIII e suas apropriações no processo de construção da Nação. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 99-122.

GAY, Peter. *O estilo da História*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo. Companhia. das Letras, 1987.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial, volume I: 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HELLER, Agnes. *Uma teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HIMMELFARB, Gertrude. *Os caminhos para a modernidade: o Iluminismo britânico, francês e americano*. São Paulo: É Realizações, 2011.

HOBSBWM, Eric. *A Era das Revoluções. 1789-1848*. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida*

privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 387-437.

_____. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de História*. Trad. René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

_____. *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 303-340.

LACOMBE, Américo L. Jacobina. *O mordomo do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os mercenários do Imperador: a primeira corrente imigratória alemã (1824-1830)*. Porto Alegre: Palmarinca, 1993.

LESSA, Renato. O campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista. *Revista Estudos Hum(e)anos*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 3-31, 2011. Disponível em: <http://revista.estudoshumeanos.com/wp-content/uploads/2011/01/23_-31.pdf>.

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história e abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 19, p. 75-119, 2016.

_____. O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850). *Araucária: Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*, v. 9. n. 17, p. 212-234, 2007.

_____. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

_____. *Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas (1821-1836)*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

_____. O discurso político monarquiano e a recepção do conceito de Poder Moderador no Brasil (1822-1824). *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 611-654, 2005.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Brasil e Portugal: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARSON, Isabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de (Org.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Edusp, 2013.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. *Topoi*, v. 7, n. 12, p. 178-221, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELO, Demian Bezerra de. *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELLO, Evaldo Cabral. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MENDES, Claudinei Magno Magre. O ensaísmo na historiografia brasileira. *Acta Scientiarum: Human and Social Sciences*, Maringá, v. 34, n. 1, p. 91-100, 2012.

MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

MORAIS, João Batista Mascarenhas. *Memórias*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003.

NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 89-110, 2016.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: Edusp; Ícone, 1999.

_____. Estado, nação e escrita da História: proposta para o debate. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (Org.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 239-266.

_____. Imbricações entre política e negócios: os conflitos na Praça do Comércio no Rio de Janeiro, em 1821. In: MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles (Org.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Edusp, 2013, p. 69-105.

_____. *A Independência e a construção do Império*. São Paulo: Atual, 1995.

PAULA, Eurípedes Simões de. A organização do Exército brasileiro. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: B. Brasil, 2004. v. 1. t. 2.

PEIXOTO, Antonio Carlos. Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

PEREIRA, José Antonio Rodrigues. *Campanhas navais – 1807-1823*. A Marinha portuguesa na época de Napoleão: a armada e o Brasil. Lisboa: Tribuna, 2005. v. 2.

PROUST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

QUARTIM DE MORAES, João Carlos Kfourri. *Liberalismo e ditadura no cone sul*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

REIS, Arthur César Ferreira Reis. As províncias do Norte e do Oeste. In: CARDOSO, Fernando Henrique et. al. (Org.). *O Brasil monárquico: dispersão e unidade*. Rio de Janeiro: B. do Brasil, 2004. v. 2.

REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007a.

_____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007b.

RÉMOND, RENÉ. *História dos Estados Unidos*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: M. Fontes, 1989.

REZA, Germán A. de la. *A invenção da paz: da República Cristã do duque de Sully à Federação das Nações de Simón Bolívar*. São Paulo: Humanitas, 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Constituição do Estado do Rio de Janeiro*. 2015.
Disponível em:
<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constest.nsf/PageConsEst?OpenPage>>.

RODRIGUES, André Figueiredo. As estratégias da família Resende Costa na defesa de seu patrimônio apreendido pela devassa da inconfidência mineira, 1789-1804. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 175, v. 464, p. 35-52, 2014.

_____. *A fortuna dos inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850)*. São Paulo: Globo, 2010.

RODRIGUES, José Honório (Org.). *Atas do Conselho de Estado*. Brasília: Senado Federal, 1973-1978. 13 v.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Raízes da imaginação política brasileira. *Dados*, n. 7, p. 137-161, 1970.

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa América, 1980.

SCHNOOR, Eduardo. Os senhores dos caminhos: a elite na transição para o século XIX. In: PRIORE, Mary del (Org.). *Revisão do paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. *Contribuições à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro Consequência, 2017.

SILVA, Antonio Pretextato Maciel da. *Os generais do Exército brasileiro de 1822-1898*. Rio de Janeiro: Americana, 1906.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50). In: *Nova história militar brasileira*. Organizadores: Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrick Kraay. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *O Exército na consolidação do Império*: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. Questões de poder na fundação do Brasil: o governo dos homens e de si (c. 1780-1830). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira*: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006^a, p. 209-240.

_____. *Pátria coroada*: o Brasil como corpo político autônomo. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999b.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. Brasília: Senado Federal, 2015. Tomo 1.

TEXTOS políticos da História do Brasil. Org. Paulo Bonavides e Roberto Amaral. Brasília: Senado Federal, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964*: visões críticas do golpe – democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

TRAVERSO, Enzo. Revisão e revisionismo. In: SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de (Org.). *Contribuições à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro Consequência, 2017.

VILLALTA, Luiz Carlos. *O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

WEBER, Max. *Ciência e política*: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEBER, Max. Os tipos ideais. In: CASTRO, Celso (Org.). *Textos básicos de Sociologia*: de Karl Marx a Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2014.